



2019

RELATÓRIO ANUAL

Governança que
gera resultados

Sumário



Introdução 04

Mensagem da Diretoria	05
Principais Números e Indicadores	07
Governança	08
Glossário	11

Gestão dos Investimentos 13

Cenário Econômico	14
Gestão dos Investimentos	16
Resultado dos Investimentos	17
Demonstrativos dos Investimentos	35
Gestão Terceirizada - Fundos	40
Política dos Investimentos	41

Benefícios 46

Gestão Previdencial	47
---------------------	----



Sumário

77 Administração

- 78 Administração Geral
- 78 Despesas Administrativas
- 80 Plano de Gestão Administrativa (PGA)
- 81 Evolução do Fundo Administrativo

82 Demonstrações contábeis

133 Pareceres

- 134 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- 137 Parecer do Conselho Fiscal
- 138 Parecer do Conselho Deliberativo

A close-up photograph of a complex mechanical gear assembly. The gears are made of a light-colored metal, possibly brass or aluminum, and are mounted on dark metal shafts. The assembly is intricate, with multiple gears of different sizes and shapes. A prominent gear in the foreground has a three-lobed metal component attached to its shaft. The background is dark and out of focus. A large, bright yellow diagonal overlay covers the right side of the image, containing the word 'INTRODUÇÃO' in white, bold, uppercase letters.

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Não faltaram desafios à PREVIRB e ao Brasil em 2019. Muito embora a trajetória seja longa, e, à frente, vejamos o horizonte de muitos anos, é importante que no dia-a-dia a Entidade esteja trilhando na direção certa. Assim sendo, reiteramos nosso compromisso de manter a sustentabilidade da Fundação.

Além da principal tarefa de rentabilizar o patrimônio num ambiente de taxa de juros decrescentes, focamos nossos esforços na preparação da Fundação para a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além dos preparativos para a distribuição do superávit do Plano B, que atingiu seu 3º ano consecutivo ao final do exercício. Nada obstante, a PREVIRB manteve sua resiliência, honrando seus compromissos e atendendo seu público de maneira atenciosa e assertiva. Como será demonstrado neste Relatório Anual de Informações, a Fundação conseguiu atingir um resultado bastante positivo, sendo motivo de orgulho para todos os envolvidos.

Outro ponto importante a se destacar foi a aprovação da Reforma da Previdência em 12/11/2019.

Os impactos na PREVIRB foram limitados, mas estamos realizando acompanhamento constante. No Plano A, como quase a totalidade dos participantes encontram-se já na condição de aposentado, não haverá impacto relevante com a reforma. Com relação ao Plano B, o impacto da reforma é marginal, isso porque o plano não exige a aposentadoria pelo RGPS como critério de elegibilidade à aposentadoria.

Em relação à Carteira de Investimentos, na cena internacional o grande destaque foi a disputa EUA x China, que manteve a volatilidade dos fluxos de recursos por quase todo ano, impactando não somente o mercado global, como também aqui internamente. No cenário interno, a queda da taxa básica de juros (Selic) para a mínima histórica afetou o rendimento das aplicações relacionadas ao CDI, que perdeu atratividade.



Heloisa Falkenbach Santoro

João Bosco Quadros Barros

René Santos de Castro



MENSAGEM DA DIRETORIA

Essa mesma queda dos juros estimulou a retomada da economia, enquanto a inflação seguiu controlada e favorecendo assim uma migração de aplicação no segmento de renda variável. Com esse pano de fundo, conseguimos apresentar um resultado muito satisfatório, com rentabilidade consolidada dos investimentos em 2019 de 13,08% no Plano A, superior à meta atuarial de 9,06%, enquanto que no Plano B, o resultado foi de 12,44%, também superior ao índice de referência de 5,97% (CDI). Com essa rentabilidade, conseguimos atingir um superávit de R\$ 813,32 milhões no Plano A e R\$ 9,5 milhões no Plano B, representando um volume bastante expressivo na atual conjuntura. Tal desempenho possibilitou a formação de Reserva Especial para revisão do plano de benefícios de R\$ 496 milhões no Plano A e de R\$ 2,3 milhões no Plano B. Mais uma vez, reputamos ao trabalho comprometido e realizado com muita seriedade pela equipe da PREVIRB.

No que diz respeito às atividades na Gestão Previdencial, continuamos o trabalho de fortalecimento do resultado, em especial, do superávit de ambos os planos, tendo em vista que o re-

sultado financeiro manteve-se acima da meta. O Plano A fechou o 3º ano consecutivo de resultado excedente, mantendo sua trajetória de regularidade na administração dos benefícios. No Plano B, seguimos com a rotina de controle das contribuições, além dos pagamentos dos benefícios já concedidos, características de um plano em crescimento, culminando com o atingimento do 4º ano consecutivo de Reserva Especial. Com respeito às análises sobre o equilíbrio atuarial, realizamos os testes de aderência prévios que deram o suporte e conforto necessários à tomada de decisão do Conselho Deliberativo com relação às premissas e hipóteses aplicáveis. Neste exercício de 2019, encerramos o período com o pagamento de aproximadamente R\$ 143,3 milhões em benefícios, considerando os dois planos de benefícios.

Quanto à Gestão Administrativa, continuamos a exercer o rígido controle de gastos no lado da despesa, ao mesmo tempo em que iniciamos a nossa preparação para a Lei Geral de Proteção de Dados. Iniciamos a jornada com a constituição de um Grupo de Trabalho interno e depois com auxílio de consultoria externa, trabalhamos

para chegar ao objetivo de realizar o levantamento das necessidades de ajustes, de forma a implantar e tornar a Fundação apta a operar no ambiente que irá vigorar a partir do início de vigência da nova lei. Com relação aos ativos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), conseguimos rentabilizar os recursos de forma bastante satisfatória, e, apesar de maior restrição nas aplicações, superamos a meta de retorno para os investimentos com resultado de 7,96%, superior ao índice de referência de 5,97% (CDI).

Mais uma vez agradecemos aos nossos Patrocinadores, ao nosso corpo funcional, aos nossos Conselheiros e aos membros dos Comitês por mais um ano de muito trabalho e superações! Estendemos nossos agradecimentos aos nossos Participantes ativos e assistidos, pela confiança depositada na PREVIRB!

A seguir, apresentamos o Relatório Anual de Informações da Fundação, contendo as principais realizações e indicadores do exercício de 2019.

Atenciosamente,
Diretoria Executiva



PRINCIPAIS NÚMEROS E INDICADORES

Benefícios pagos aos aposentados e pensionistas

R\$ 143,3 milhões

PLANO A

R\$ 137,5 MILHÕES

PLANO B

R\$ 5,8 MILHÕES



PARTICIPANTES

Plano A

Ativos

08

Assistidos

1.493

Plano B

Ativos

553

Assistidos

80



RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO

Plano A

13,08%

Benchmark
(INPC + 4,38%)

9,06%

Plano B

12,44%

Benchmark
(CDI)

5,96%



Superávit dos Planos

PLANO A

R\$ 813,3 MILHÕES

PLANO B

R\$ 9,5 MILHÕES



Reserva Especial

Plano A

R\$ 496,5 milhões
3º ano de constituição

Plano B

R\$ 2,3 milhões
4º ano de constituição



ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

Instância máxima da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios. É composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandatos de quatro anos.

CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTES
Fernanda Rafaela Ballock Grossklags - Presidente	
Aurea da Silva Cabral	Sebastião Furtado Pena
Ronaldo Smith Lisbôa	Roberto Luiz Martins de Castro
Alessandra Martins Monteiro	Gisele de Oliveira Damato Guglielmetti
Rodrigo de Valnisio Pires Azevedo	Luciana Ruas Caúla Bandeira de Mello

CONSELHO FISCAL

Órgão responsável pelo controle e fiscalização interna da gestão econômico-financeira da Fundação. É composto de cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dois eleitos e três indicados pelo patrocinador, dentre eles o Presidente, com mandatos de quatro anos.

CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTES
Lucia Maria da Silva Valle - Presidente	
Davi Dias da Silva	Armando Rubens de Campos Mendes
Maria Gracia Provenzano	Paulo César da Conceição Silva
Debora Pereira Tavares	Daniel Volpe
Paulo Daniel Araujo da Rocha	José Carlos de Lacerda Souza
	Thiago Gomes do Carmo

DIRETORIA EXECUTIVA

SUPERINTENDENTE GERAL	DIRETORA DE BENEFÍCIOS	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS
João Bosco Quadros Barros	Heloisa Falkenbach Santoro	René Santos de Castro



ADMINISTRAÇÃO

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
René Santos de Castro (Coordenador)	
Maria Cristina Fischer Matos	Neicyr Guaycurus
Enzo Leonardo Tieppo	

COMITÊ DE SEGURIDADE

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Heloisa Falkenbach Santoro (Coordenadora)	
Rita Maria Cinelli Pinto	Romildo Oliveira Motta
Fernanda Pinheiro Gomes	Liliana Teixeira da Silva Monteiro Braz

COMITÊ DE INFORMAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Hélio Antônio Silva (Coordenador)	
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Roberta Carneiro da Silva	Renatta Teixeira Laport
Terezinha Maria de Sa Vilela	Ramon Igor Mello Oliveira
Vinicius Trigo Amendola	Marcello de Souza Carvalho

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS

René Santos de Castro

EMPREGADO DIRETAMENTE RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

GERENTE DE INVESTIMENTOS

Roberta Carneiro da Silva

COMITÊ DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Bernardo Netto Arruda (Coordenador)	
Rodrigo Pavulos Bitzious	Regina Célia Mello
Neuseli dos Santos Carmo	Hugo Sales Teixeira
	Darileia Gonçalves de Almeida Santos

COMITÊ DE CONTROLES INTERNOS

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Vinicius Trigo Amendola (Coordenador)	
André Luiz da Cunha Rodrigues	Cristiane Candido da Silva Ferreira Barros
Hélio Antônio Silva	Neuseli dos Santos Carmo
José Maurício de Oliveira Lima	Renatta Teixeira Laport
Roberta Carneiro da Silva	Marcello de Souza Carvalho
Terezinha Maria de Sá Vilela	



De acordo com os normativos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão que fiscaliza e orienta o funcionamento das EFPCs, a Fundação preza pela certificação e habilitação de seus dirigentes e conselheiros.

CERTIFICAÇÃO

A legislação vigente determina que nas fundações acessíveis a empregados de empresa privada, a maioria dos diretores, conselheiros e membros dos comitês de assessoramento, que atuem na avaliação e aprovação de investimentos sejam devidamente certificados e que tenham reconhecida qualificação técnica. A PREVIRB oferece aos componentes de sua estrutura de governança um programa de treinamento voltado para a capacitação e qualificação de seus membros. A Fundação entende que a certificação,

além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das Entidades de Previdência Complementar Fechada.

Em dezembro de 2019, a PREVIRB tinha certificados:

- 100% de seus diretores executivos.
- 60% dos conselheiros deliberativos efetivos (100% dos eleitos e 33% dos indicados).
- 75% dos conselheiros deliberativos suplentes (100% dos eleitos e 50% dos indicados).
- 80% dos conselheiros fiscais efetivos (100% dos eleitos e 60% dos indicados).
- 60% dos conselheiros fiscais suplentes (100% dos eleitos e 33% dos indicados).
- 100% dos membros do comitê

de investimento.

Destacamos que em dezembro de 2019 não haviam empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos e que havia apenas quatro suplentes no CONDEL, devido vacância.

HABILITAÇÃO

Em 2019 todos os Diretores e Conselheiros Deliberativos e Fiscais estavam habilitados, obedecendo aos critérios listados na Instrução PREVIC nº 13/2019. O processo de habilitação consiste em uma análise dos dados pessoais e profissionais dos dirigentes e conselheiros, o que inclui informações curriculares, certificações e comprovação de experiência, de no mínimo três anos em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou auditoria.



- 1. Balanço Patrimonial:** apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade ao final do exercício fiscal, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com participantes e terceiros.
- 2. Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade ao fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.
- 3. Demonstrativo de Investimentos:** revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela Política de Investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.
- 4. Duration:** Termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio de uma carteira de investimentos ou do passivo.
- 5. Fundo de Investimento:** ativo administrado pela entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.
- 6. LGPD:** Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (**LGPD**), sancionada em agosto de 2018, que entrará em vigor em agosto de 2020. A LGPD estabelece regras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, impondo maior proteção e também penalidades para o não cumprimento.
- 7. Meta atuarial:** meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma a garantir o resultado necessário ao pagamento dos benefícios dos participantes.
- 8. Notas Explicativas:** são complementos às Demonstrações Contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.



- 9. Parecer Atuarial:** documento elaborado pelo atuário, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano.
- 10. Participante:** a pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar.
- 11. Patrocinador:** a empresa ou grupo de empresas que institua para seus empregados, Plano de Benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de Entidade Fechada de Previdência Complementar.
- 12. Política de Investimentos:** documento de periodicidade anual que estabelece os parâmetros e normas que deverão ser observados na condução dos investimentos.
- 13. Reserva de Contingência:** reserva para garantia de benefícios, correspondente ao resultado superavitário do plano ao final do exercício depois de satisfeitas as exigências regulamentares do referido plano, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas.
- 14. Reserva Especial:** reserva para revisão do plano de benefício, sendo constituída com os valores excedentes da Reserva de Contingência.
- 15. Superávit:** é o resultado positivo do Plano de Benefícios acima da meta atuarial, ou seja, é a situação em que as Reservas Matemáticas, além de encontrarem-se cobertas pelos bens do Ativo do plano, possuem excedente. Este excedente é o superávit do Plano.
- 16. Taxa de Juros:** A taxa de juros é um índice utilizado em economia e finanças para registrar a rentabilidade de um investimento. É o custo do dinheiro no tempo. As taxas poderão ser pré-fixadas (conhecidas previamente) ou pós-fixadas (conhecidas *a posteriori*).





GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

CENÁRIO ECONÔMICO

2019 teve início com expectativas positivas e o mercado apostava em uma alta anual do PIB de 2,5%, sob uma pauta fundamental para a economia brasileira: a reforma da Previdência. Mas, ao longo dos meses, parte desse otimismo foi se dissipando. A demora maior que a esperada na aprovação da reforma, aliada ao baixo crescimento econômico e demais reações negativas do mercado, foi minando a confiança dos empresários e consumidores. Nesse sentido, a mediana das projeções de mercado para o PIB de 2019 encerrou o ano em 1,2%.

Acontecimentos externos como a crise na Argentina, a saída do Reino Unido da União Europeia (o chamado Brexit) e a guerra comercial entre Estados Unidos e China também contribuíram para a redução do apetite ao risco, afastando os investimentos das economias emergentes.

Mas o segundo semestre trouxe boas notícias:

o texto principal da reforma da Previdência foi aprovado em meados de novembro, impondo novas normas para a aposentadoria. Com a aprovação, estima-se uma economia aos cofres públicos de R\$ 800 bilhões em dez anos, além de questões como a redução do desemprego, retomada de investimento e crescimento e melhoria nas contas públicas. O ano foi, ainda, marcado por inflação historicamente baixa e a taxa básica de juros do país, a Selic, alcançando o menor índice já registrado, fechando 2019 em 4,5%.

Com o mercado global de juros em patamares baixos, os investimentos em renda fixa se tornaram menos atrativos, beneficiando o movimento de entrada de recursos na bolsa de valores, levando o seu principal índice, o Ibovespa, a bater sucessivos recordes, passando dos 110 mil pontos. Outros fatores também foram importantes, como: o acordo *Mercosul-União Europeia*, que facilitará a circulação de mercadorias entre países e blocos

(e.g.: Mercosul, BRICS, União Europeia) diminuindo tributos e delimitando regulações sanitárias e ambientais; e, também, o acordo, ainda que parcial, entre os Estados Unidos e China no final de dezembro, evitando uma nova escalada de tarifas de importação entre as duas maiores economias do mundo.

PERSPECTIVAS 2020: O QUE ESPERAR?

O mercado segue em alerta com as preocupações em relação ao desempenho da economia global em 2020, mas, em contrapartida, segue otimista com a política do país: o Brasil deve se beneficiar das reformas estruturais, gerando maior crescimento econômico. O pacote de privatizações que avançou timidamente em 2019 deve ganhar mais ímpeto, o que gera otimismo. A economia brasileira apresenta sinais de retomada, com o mercado projetando para 2020 um PIB de 2,30%; inflação de 3,25% e taxa de juros de 4,25% ao ano.



CENÁRIO ECONÔMICO

PROJEÇÕES BRASIL – FOCUS

Expectativas de Mercado	2020	2021	2022	2023
IPCA – Acumulado (%)	3,25	3,75	3,50	3,50
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	4,10	4,10	4,10	4,13
Meta Taxa Selic (% a.a.)	4,25	6,00	6,50	6,50
PIB (% de crescimento)	2,30	2,50	2,50	2,50

Em 2019, vários movimentos impactaram países ao redor do mundo: manifestações a favor do meio ambiente, protestos contra crises políticas e econômicas, guerra comercial entre Estados Unidos e China, e o processo de impeachment contra o presidente Donald Trump.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, os sinais emitidos pelos indicadores da atividade econômica global parecem confirmar o processo de desacele-

ração da economia mundial. Os indicadores, em certa medida, demonstram o resultado das recentes tensões com a guerra comercial, a aproximação da definição em relação ao Brexit, a crise política na Itália, os ataques aos campos de petróleo na Arábia Saudita e o acirramento do conflito com o Irã – embora algumas dessas tensões já tenham sido parcialmente superadas, todas contribuíram para o aumento da incerteza.

O crescimento global estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2019 foi de 2,9%, e deve aumentar para 3,3% em 2020. Em relação ao último relatório divulgado pelo FMI em outubro, a projeção para 2020 representa uma queda de 0,1 ponto percentual. Já a estimativa para a alta em 2021 foi reduzida em 0,2 pontos percentuais, para 3,4%. Os indicadores do quarto trimestre sugerem que a economia global se estabilizou em um ritmo lento, ajudado pela mudança ampla no início do ano em direção à políti-

ca monetária acomodatória e à flexibilização fiscal em alguns países. Mas, o FMI ressalta em seu relatório *World Economic Outlook* que: “Esses resultados dependem em grande medida de evitar uma nova escalada nas tensões comerciais EUA-China (inclusive em torno das cadeias de suprimentos de tecnologia), evitando um Brexit sem acordo, e as ramificações econômicas da agitação social e das tensões geopolíticas que permanecem contidas”.

PREVISÕES DE CRESCIMENTO – FMI

PIB (%)	2019	2020	2021
Global	2,9	3,3	3,4
Estados Unidos	2,3	2,0	1,7
China	6,1	6,0	5,8
Zona Euro	1,2	1,3	1,4
Reino Unido	-	1,4	1,5
Índia	4,8	5,8	6,5



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS



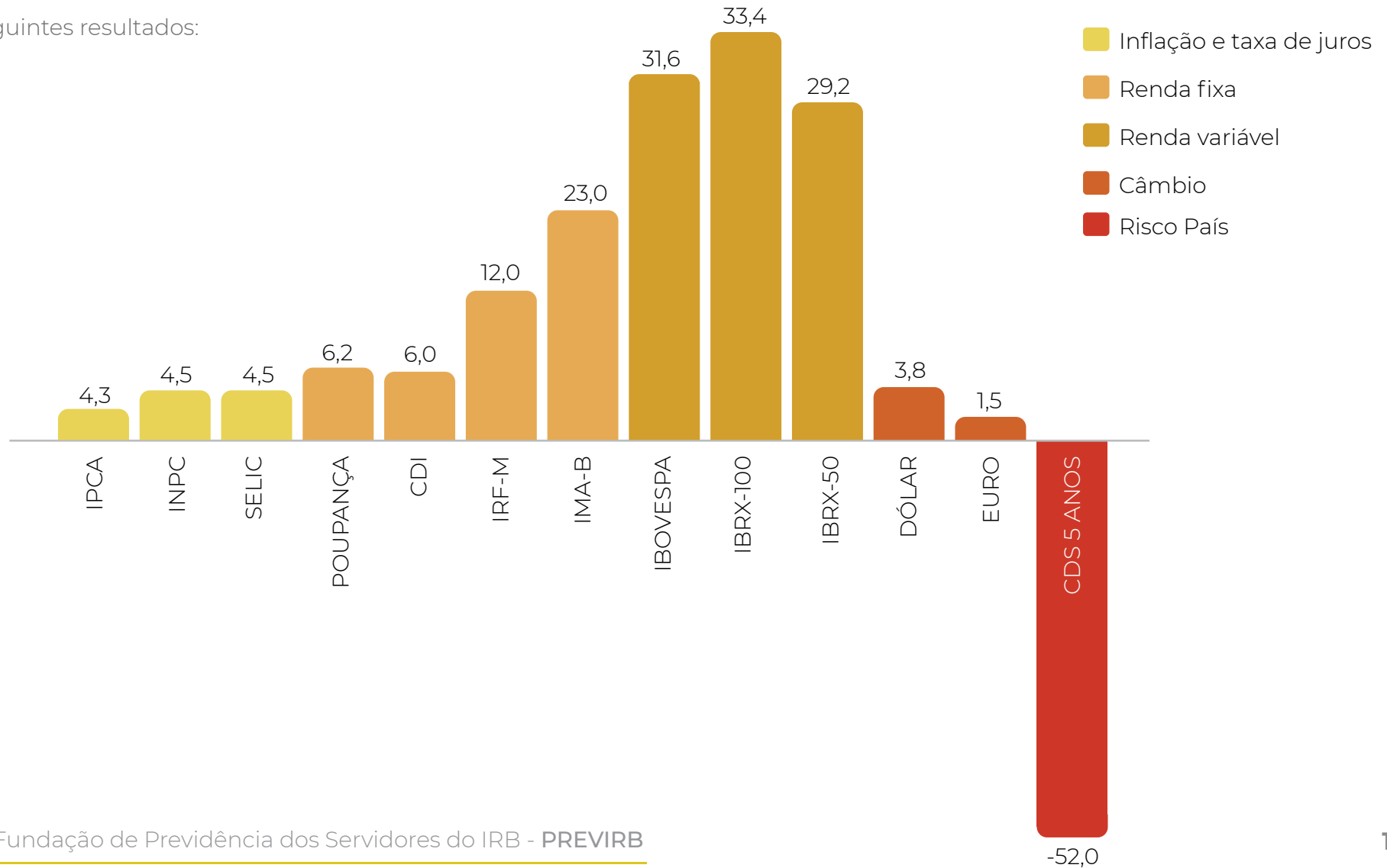
O principal objetivo da gestão dos investimentos de um fundo de pensão é assegurar a solvência de longo prazo, garantindo o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias. No caso do plano de Benefício Definido (BD) – Plano A, busca-se atingir e/ou superar a meta atuarial, definida em sua Política de Investimentos como INPC + 4,38% ao ano. Já o plano de Contribuição Variável (CV) – Plano B busca atingir e/ou superar o índice de referência definido em sua Política de Investimentos de 100% da variação do CDI. Em relação à gestão das despesas administrativas dos planos de benefício, a PREVIRB a executa através de seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, que também tem como meta de retorno atingir e/ou superar a variação do CDI.

A Resolução CMN nº 4.661/2018 dá as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, em seu artigo 5º, dispõe que “a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos”.



RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

No encerramento de 2019, os principais fatores de risco à carteira de investimentos apresentaram os seguintes resultados:



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

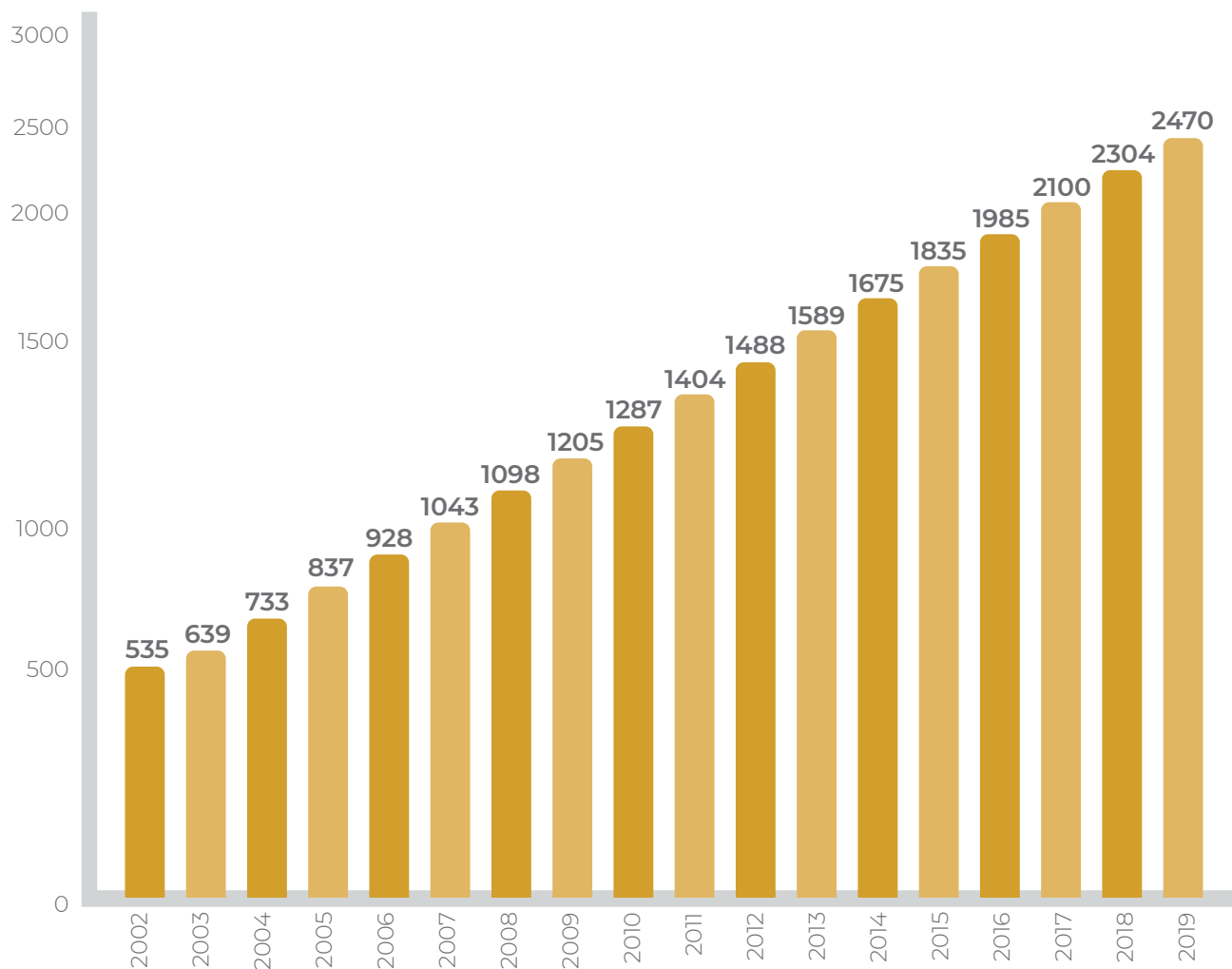
A carteira de investimentos do Plano Previdencial A apresentou um fluxo de investimentos (remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos) de R\$ 285.891.462,52 superando em 36% o valor orçado.

É importante salientar que mesmo considerando todas as medidas adotadas com objetivo manter o equilíbrio atuarial, que tiveram impacto nas reservas técnicas nos últimos exercícios, o superávit acumulado do Plano A alcançou em dezembro de 2019 o montante de R\$ 813.349.818,00.

Apesar do fluxo previdencial negativo acumulado no exercício de R\$ 117.493.105,87, peculiar a um plano previdencial maduro, o ativo total do Plano A atingiu em dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.469.802.652,37, contra R\$ 2.303.634.812,98 no mesmo período de 2018, evoluindo em 7,21%.

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

EM (R\$) MILHARES



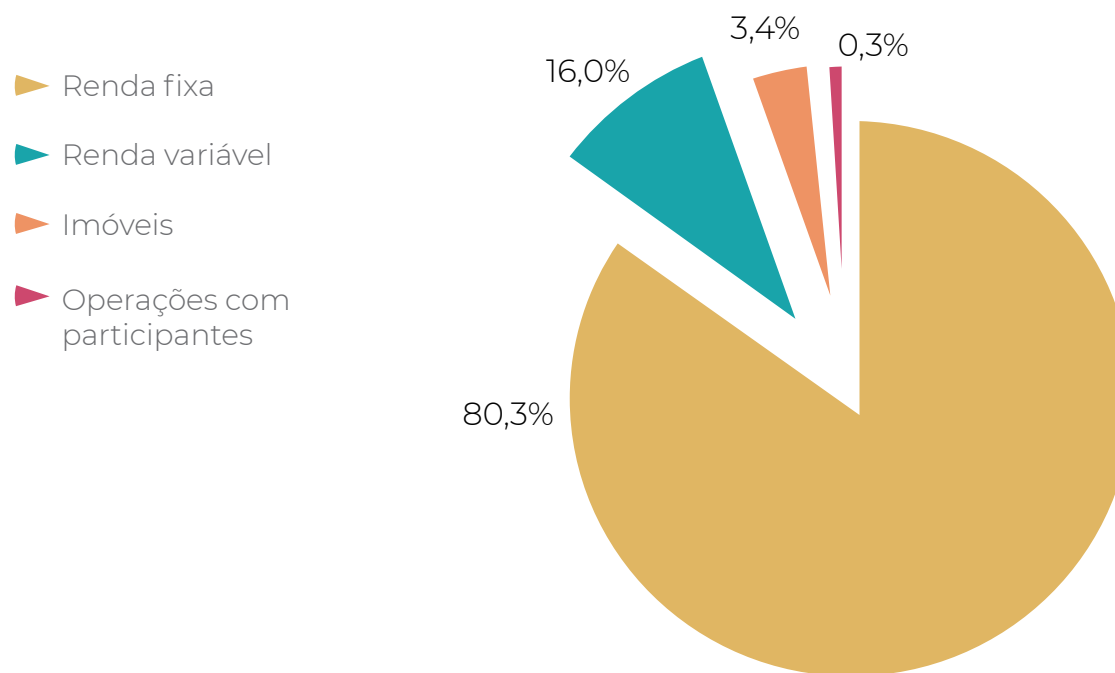
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

Nesse contexto, o Plano A superou sua meta atuarial de 9,06% (INPC+4,38%), alcançando 13,08% de rentabilidade em 2019. É importante ressaltar que o desempenho da carteira foi resultado das performances dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados (operações neste segmento foram encerradas em outubro de 2019, como explicado abaixo) e Operações com Participantes, que representam cerca de 97,0% do total de investimentos do plano. O segmento de Imóveis, impactado pela lenta recuperação do setor imobiliário, apresentou evolução positiva, porém inferior à meta do Plano. Os segmentos investidos na carteira do plano seguem o conceito da diversificação dos investimentos, importante para minimizar a exposição aos riscos do mercado. As aplicações são feitas com base na Política de Investimento, disponível no site da Funda-

ção para todos os Participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.661/2018.

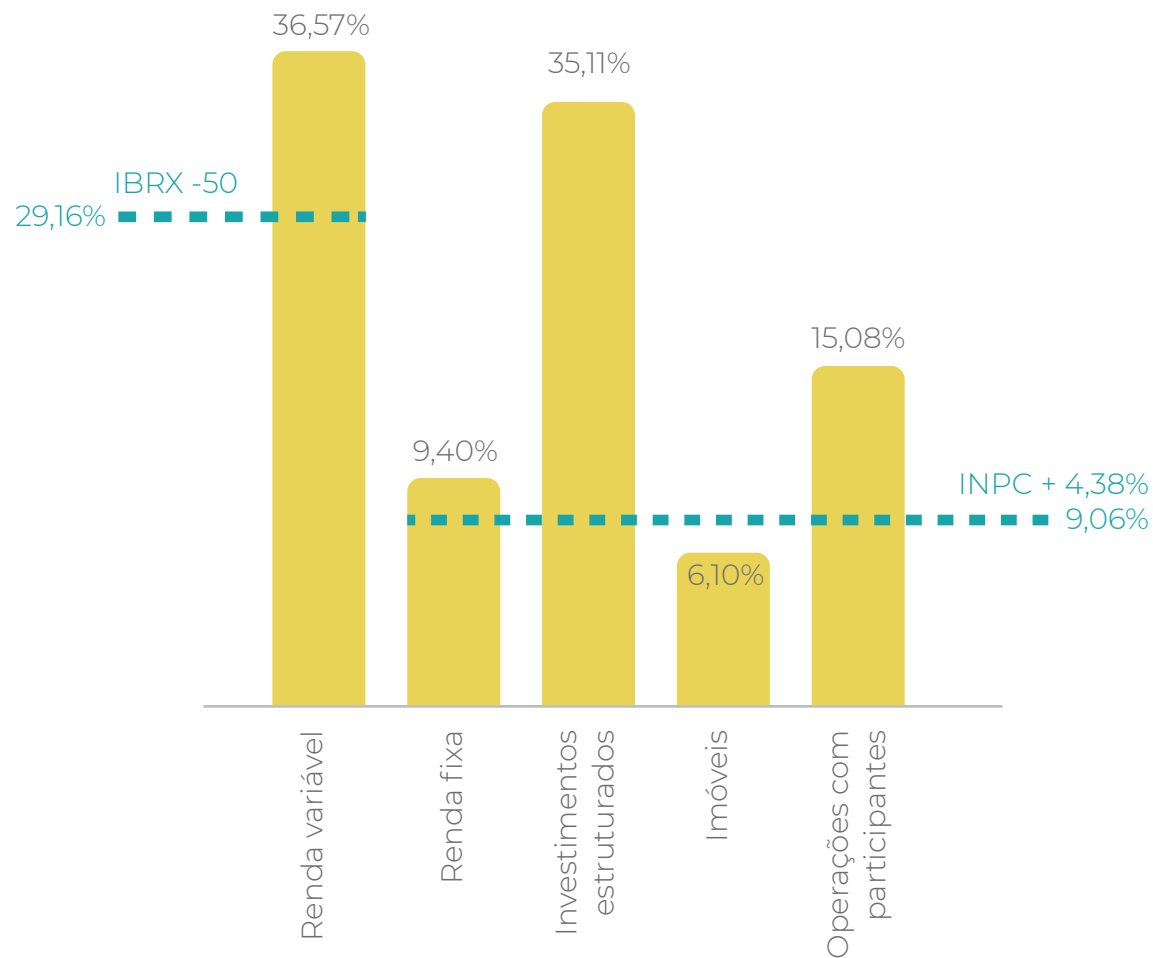
O retorno alcançado foi conquistado a partir da seguinte alocação de recursos entre os segmentos de aplicação (retrato em 31 de dezembro de 2019):

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Todos os segmentos apresentaram resultados positivos, com destaque para a rentabilidade de Renda Variável (36,57%), seguido dos Investimentos Estruturados (35,11%). O excelente retorno no segmento de Renda Variável é, em grande parte, atribuído à valorização dos papéis do IRB Brasil RE, que neste segmento, detém, aproximadamente, 78% de participação.

Cabe ressaltar que em outubro de 2019 as demais ações do IRB Brasil RE, que anteriormente eram de titularidade do FIP Caixa Barcelona, foram deliberadas em Assembleia e transferidas para a carteira de ações, assim como ocorreu em novembro de 2018. Destacamos que apesar da liquidação total do fundo em outubro de 2019, o segmento de Investimentos Estruturados – representado pelo FIP Caixa Barcelona desde a sua aplicação inicial, foi um grande fomentador de resultados para o plano, com rentabilidades superiores à meta, conforme detalhamento a seguir:



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

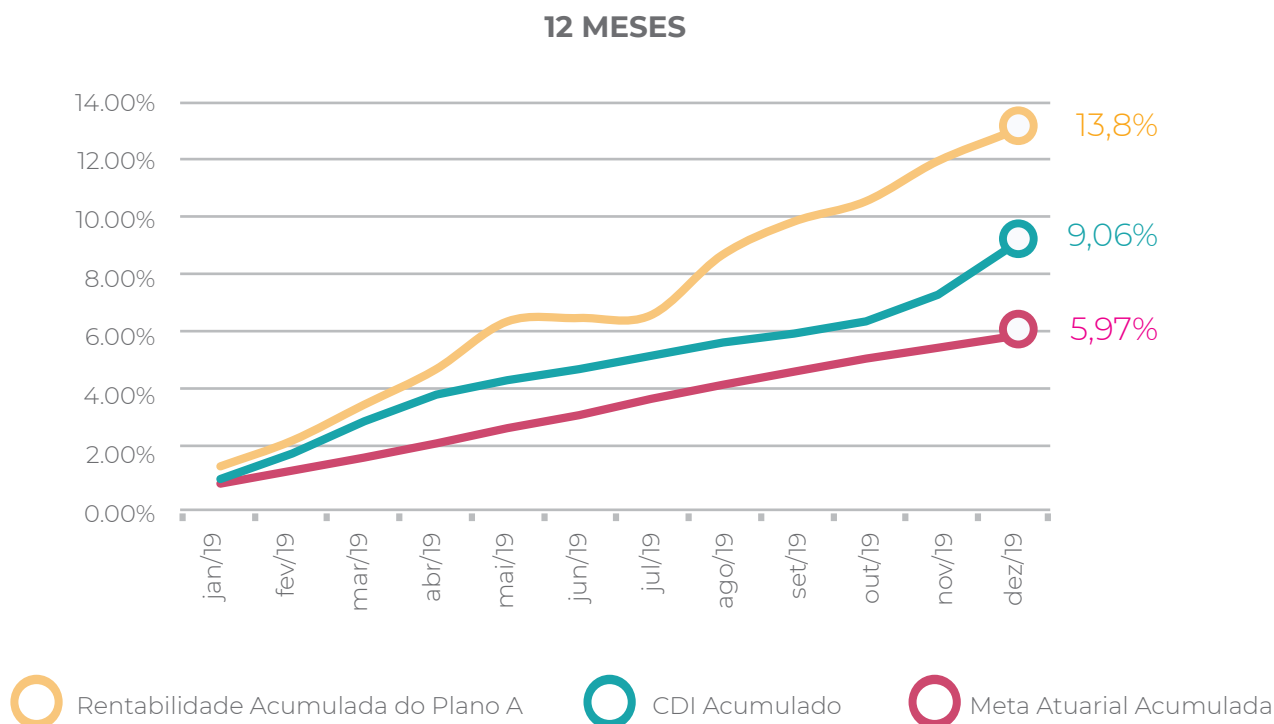
IE - FIP CAIXA BARCELONA	
Período	Resultado Acumulado
dez/13*	18,32%
dez/14	13,80%
dez/16	55,36%
dez/17	130,58%
dez/18	6,66%
jan/19	2,13%
fev/19	6,60%
mar/19	12,07%
abr/19	15,24%
mai/19	24,88%
jun/19	20,72%
jul/19	16,41%
ago/19	32,94%
set/19	38,40%
out/19**	35,11%
nov/19	35,11%
dez/19	35,11%

*Fundo aplicado em Mar/2013.

**Fundo FIP CAIXA BARCELONA resgatado totalmente em 17/10/2019, as ações do IRB foram transferidas para o segmento de Renda Variável.

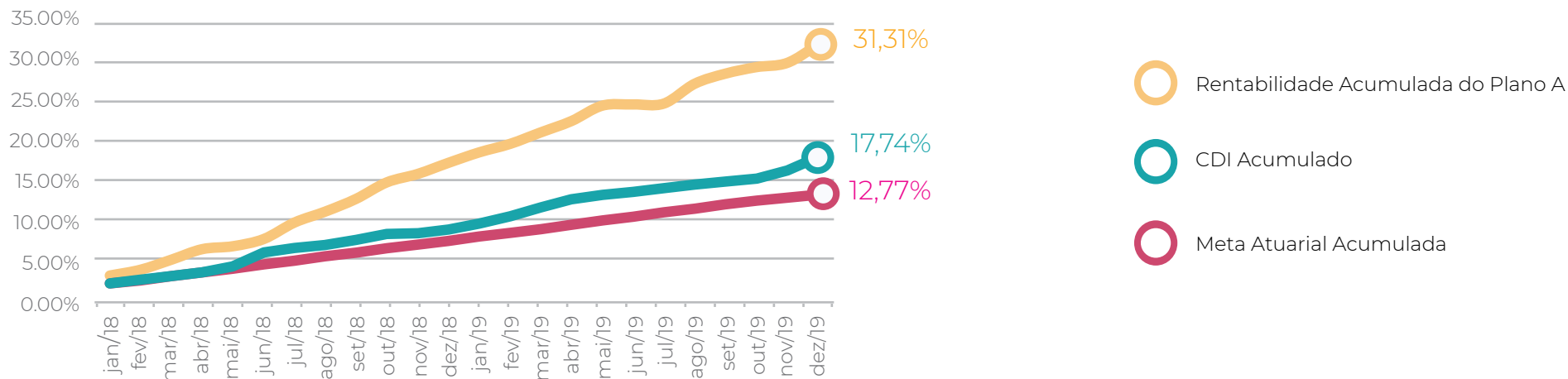
Destacaram-se, também, as rentabilidades, em 2019, dos segmentos de Operações com Participantes(15,08%) e Renda Fixa (9,40%).

Vale lembrar que os compromissos da Fundação são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos longos. Os gráficos a seguir mostram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta atuarial e a variação do CDI.

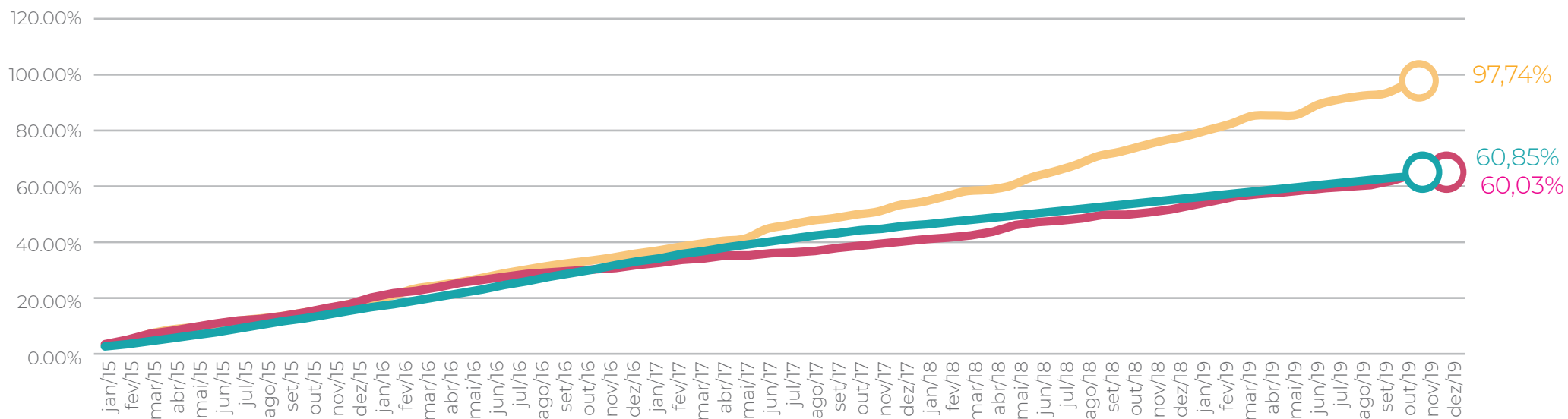


PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PLANO A

24 MESES



60 MESES



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO A

RENDA FIXA

De maneira geral, 2019 foi consideravelmente desafiador para os investimentos em títulos de renda fixa, com a redução histórica da taxa de juros, chegando ao final do ano em 4,50% a.a. O contexto benigno da inflação (encerrando o exercício com taxa de 4,31%), trouxe aos investidores a missão de ter que ir à busca de alocações, tais como multimercados e mercado de ações. Em contrapartida, com a aprovação da reforma da Previdência, que promoveu a queda da percepção de risco, possibilitou-se a valorização dos títulos de renda fixa com prazos mais longos. Segundo a Anbima, o subíndice IMA-B5+ encerrou o ano com ganho de 30,4%, quase o dobro em relação ao resultado de 2018 (15,4%) e o retorno desse subíndice correspondeu a 258% do DI.

O segmento de Renda Fixa representa a maior parcela nos investimentos na carteira do Plano A (80,3%), sendo composto por: títulos públicos indexados à inflação (62,5% do

segmento), títulos públicos prefixados (6,7% do segmento), créditos privados (8,3% do segmento) e Fundos de Investimentos (2,8% do segmento). Cabe ressaltar, que a taxa média do estoque dos títulos de renda fixa, que compõem a carteira de investimentos do Plano A, foram aplicados em períodos em que as taxas negociadas eram superiores as que são oferecidas no mercado atual, favorecendo um melhor retorno.

O desempenho acumulado da carteira de Renda Fixa do Plano A foi bem positivo, encerrando o ano de 2019 com um volume de R\$ 2,0 bilhões e rentabilidade de 9,40%, contra 9,15% da meta atuarial, ou seja, um desempenho de 2,67% acima da meta.

Para o ano de 2020, a percepção é a de que a inflação, pelo menos no curto prazo, permanece dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,00%, que a taxa de juros se mantenha no intervalo de 4,50% – 4,25% no ano e a economia seguindo em recuperação gradual.

RENDA VARIÁVEL

Os 12 meses de 2019 foram muito favoráveis para o investimento em bolsa, com juros na mínima histórica e inflação baixa, reformas da Previdência aprovada e perspectiva de melhora do crescimento da economia brasileira, além de juros baixos também no exterior, a bolsa brasileira foi recorde de pontos e aplicações assumindo o protagonismo nesse cenário, o Ibovespa e o IBRX-50 encerraram o ano com valorização de 32% e 29%, respectivamente. Vale destacar que, em Wall Street, o índice Dow Jones registrou ganho acumulado de 22%. Na China, o índice Shanghai Composite registrou alta de 22%. Na Europa, o índice DAX de Frankfurt registrou 25% de ganho e o CAC 40 de Paris fechou positivo em 26%.

Assim como ocorreu em 2018, em outubro de 2019, foram liberadas para transferências, as últimas ações emitidas pelo IRB Brasil RE que ainda restavam na carteira do FIP Caixa Barcelona (acordo de acionistas). Com isso, os papéis do IRB na carteira de ações do Plano A



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO A

somaram aproximadamente uma participação de 78%.

Em 2019, ocorreram duas movimentações importantes na carteira de ações do Plano: a venda das ações da Ambev devido a falta de drive e perspectiva de crescimento da companhia e também a venda das ações da Vale após a tragédia ocorrida em Brumadinho. Em contrapartida, foram compradas ações da Suzano, maior produtora de celulose do mundo.

Após essas movimentações, o segmento de Renda Variável do Plano A encerrou o exercício com 13 empresas correlacionadas com o PIB, exposição de 16% do total dos investimentos e um volume de aproximadamente R\$ 391,3 milhões. O desempenho da carteira foi excelente com rentabilidade acumulada de 36,57%, tendo como destaque as ações do IRB Brasil RE.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de estruturados, representado

pelo fundo FIP Caixa Barcelona, como mencionado no segmento anterior, foi liquidado em outubro/2019 e as ações do IRB Brasil RE foram transferidas para a carteira de ações do plano. Ressaltamos que o histórico de desempenho do segmento de estruturados foi excelente desde sua aplicação, o segmento encerrou com rentabilidade acumulada de 35,11%.

IMÓVEIS

No ano de 2019 os imóveis comerciais tiveram uma recuperação mais lenta do que o segmento residencial. Aos poucos, os números de vacância vão sendo reduzidos, mas ainda persistem em determinadas regiões. Por outro lado, os Shoppings Centers seguiram favorecidos pela recuperação das vendas no varejo.

O segmento de imóveis da carteira de investimentos do Plano A encerrou o ano com volume de R\$ 83,2 milhões e com o resultado acumulado de 6,10%. Cabe ressaltar que em novembro/19 foi realizada a reavaliação dos imóveis que mostrou desvalorização patrimo-

niais nos imóveis comerciais e valorização nos imóveis destinados a rendas de participações (Shopping Center).

Para 2020, o mercado segue otimista sob a perspectiva de juros baixos – diminuindo a inadimplência, aumentando a demanda por locações e o apetite por créditos imobiliários, além da retomada mais acentuada do varejo.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTE

O segmento finalizou o exercício de 2019 com 333 contratos de empréstimos, quantidade 0,3% superior a dezembro de 2018, volume financeiro de R\$ 6.285 mil contra R\$ 5.863 mil no final do ano anterior. Essa valorização pode ser explicada pela variação do índice de correção dos empréstimos – INPC – que em 2019 foi de 4,48%, resultado acima dos 3,43% de 2018. Com isso, a rentabilidade acumulada do segmento na carteira de empréstimos do Plano A foi de 15,08%, com desempenho de 64,75% acima do benchmark (101% da variação do INPC + 4,38%).



PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

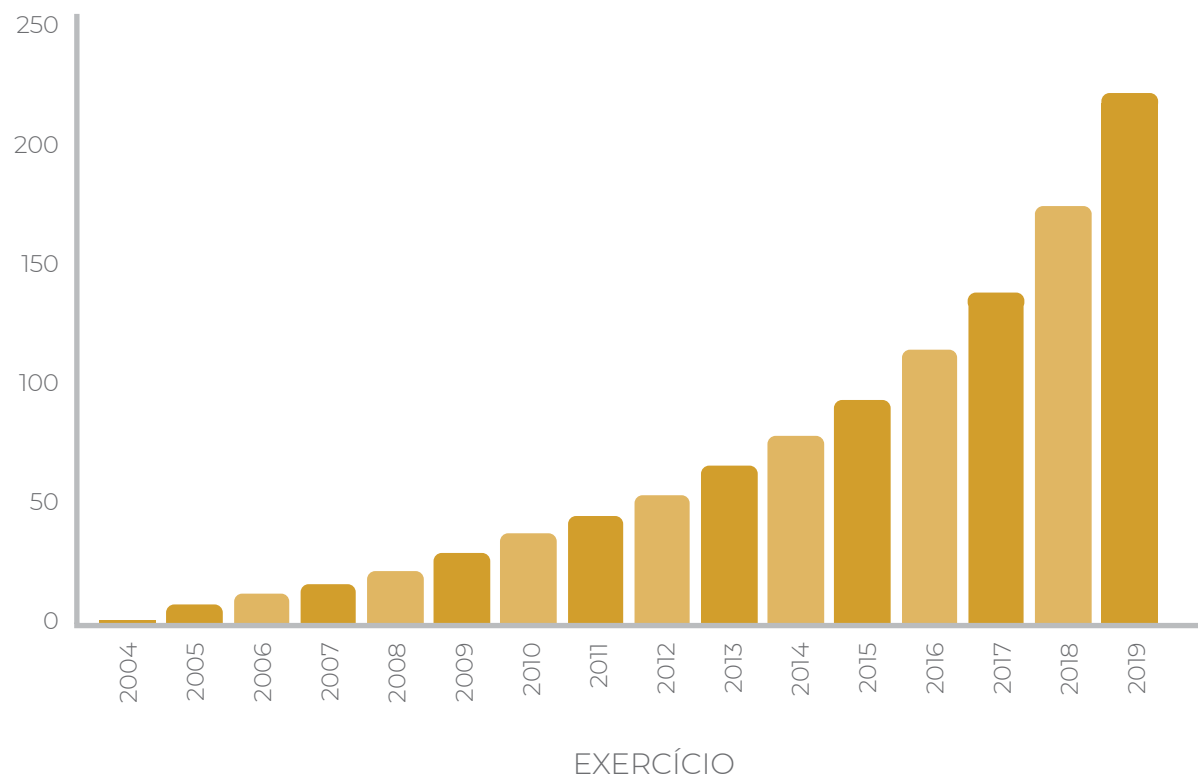
A carteira de investimentos do Plano B apresentou um fluxo de investimentos (remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos) de R\$ 21.666.418,63 superando em 43,90% o valor orçado. Com isso, o resultado final acumulado no exercício foi de R\$ 301.084,89, registrando mais um ano superavitário. O ativo total do Plano B atingiu em dezembro de 2019 o montante de R\$ 211.829.219,20 contra R\$ 167.249.310,46 no mesmo período de 2018, evoluindo 26,65%.

O Plano B encerrou o ano de 2019, com a rentabilidade de 12,44%, superando sua meta em 108,51%. Todos os segmentos investidos tiveram desempenho acima do benchmark e contribuíram para o resultado acumulado do plano. Destaque para o desempenho dos segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados (operações neste segmento foram encerradas em outubro de 2019, como explicamos abaixo). O segmento de Operações com Participantes também obteve um bom resultado, mas possui

apenas 0,6% de participação. Importante frisar que todas as aplicações são feitas com base na Política de Investimento do plano, disponível no site para todos os participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.661/2018.

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

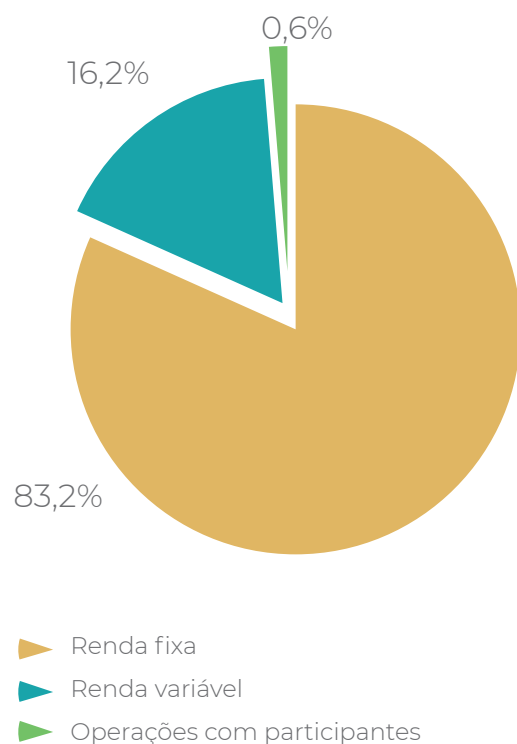
em (R\$) mm



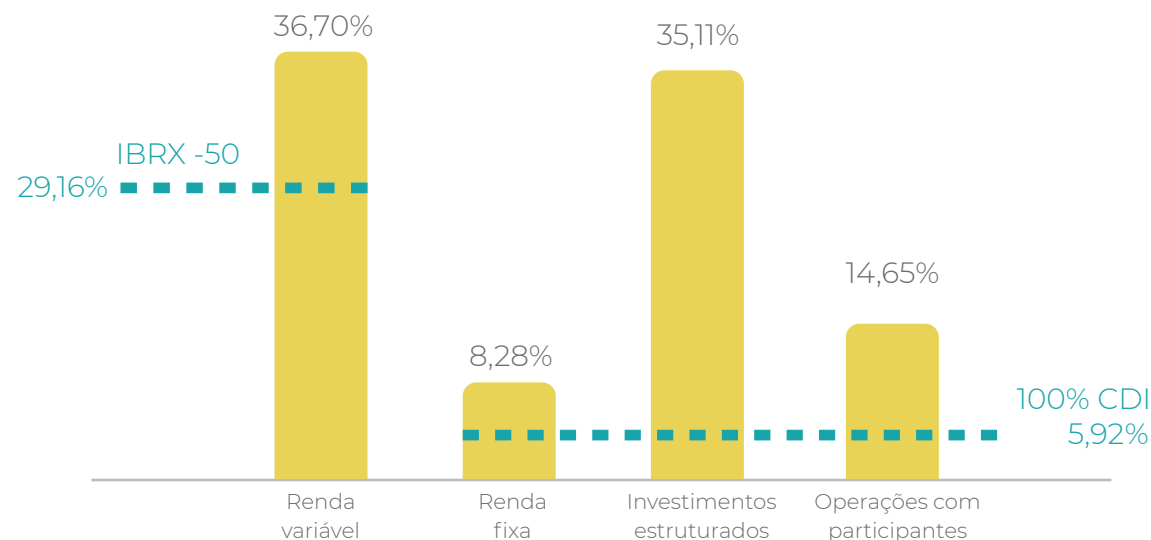
PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

O retorno conquistado a partir da seguinte alocação de recursos entre os segmentos de aplicação (retrato em 31 de dezembro de 2019):

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Todos os segmentos apresentaram resultados positivos, com destaque para as rentabilidades de Renda Variável e de Investimentos Estruturados, com retornos de 36,70% e 35,11%, respectivamente. O excelente retorno no segmento de Renda Variável é, em grande parte, atribuído ao desempenho dos papéis do IRB Brasil RE. Assim como no Plano A, em outubro de 2019 as ações do IRB Brasil RE (que pertenciam ao acordo de acionistas), que anteriormente eram

de titularidades do FIP Caixa Barcelona, foram deliberadas em assembleia e transferidas para a carteira de ações do Plano B, assim o fundo FIP Caixa Barcelona foi liquidado nessa data.

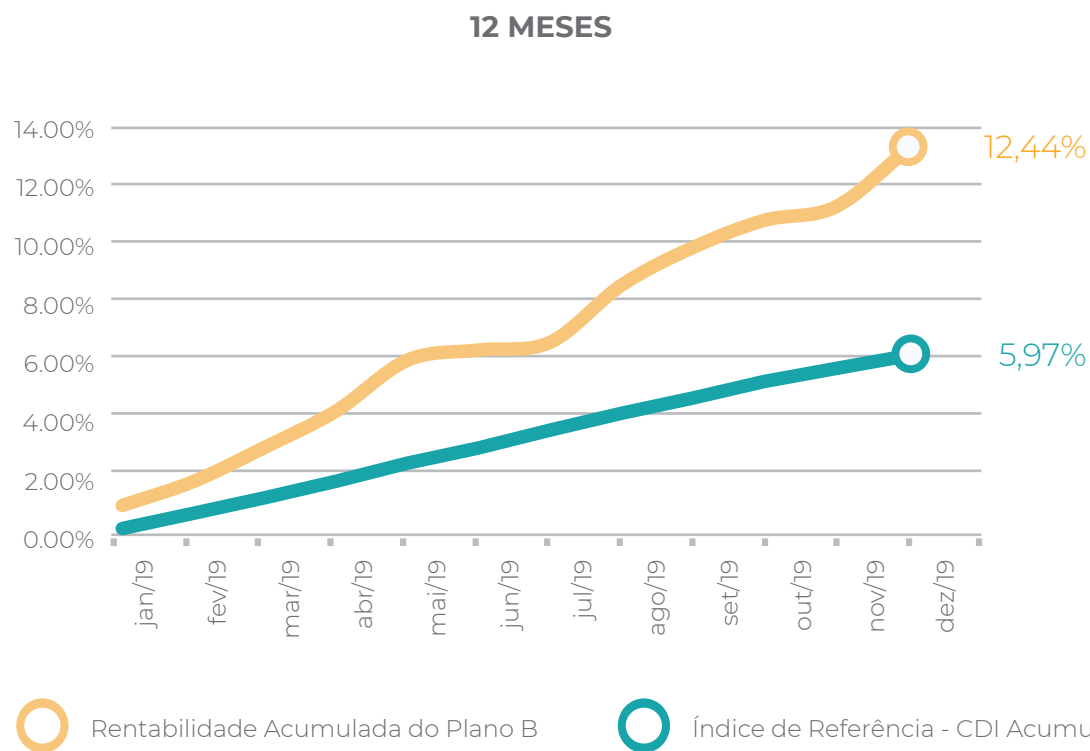
Importante destacar, que desde a sua aplicação inicial do Plano no FIP Caixa Barcelona, este foi um grande fomentador de resultados, com rentabilidades superiores à meta, conforme detalhamento a seguir:



PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

IE - FIP CAIXA BARCELONA	
Período	Resultado Acumulado
dez/13	10,85%
dez/14	12,38%
dez/15	54,25%
dez/16	55,36%
dez/17	130,58%
dez/18	6,66%
jan/19	2,13%
fev/19	6,60%
mar/19	12,07%
abr/19	15,24%
mai/19	24,88%
jun/19	20,72%
jul/19	16,41%
ago/19	32,94%
set/19	38,40%
out/19**	35,11%
nov/19	35,11%
dez/19	35,11%

A PREVIRB ressalta que seus compromissos são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos longos. Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta, a variação do CDI.”



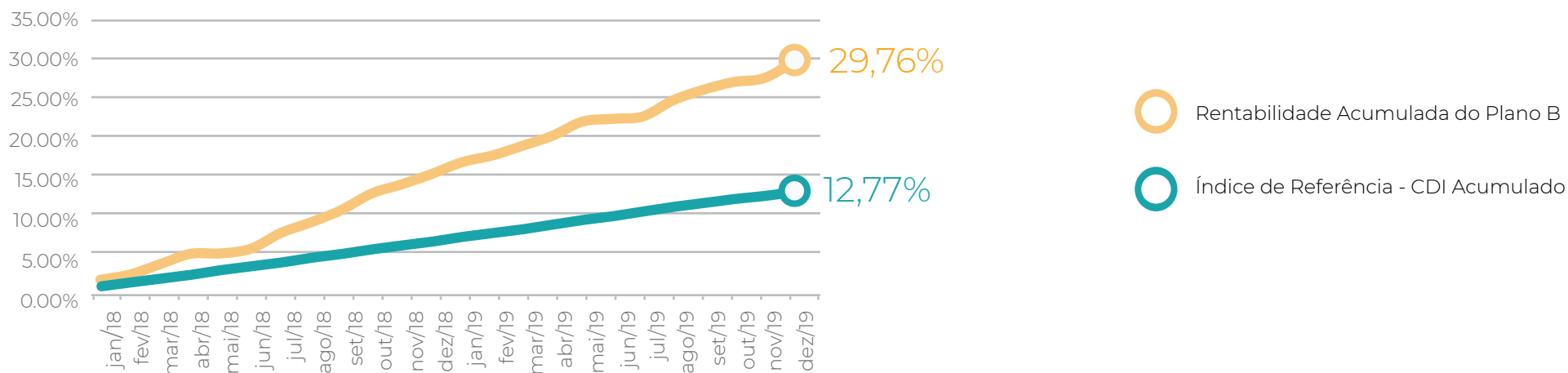
*Fundo aplicado em Jul/2013.

**Fundo FIP CAIXA BARCELONA resgatado totalmente em 17/10/2019, as ações do IRB foram transferidas para o segmento de Renda Variável.

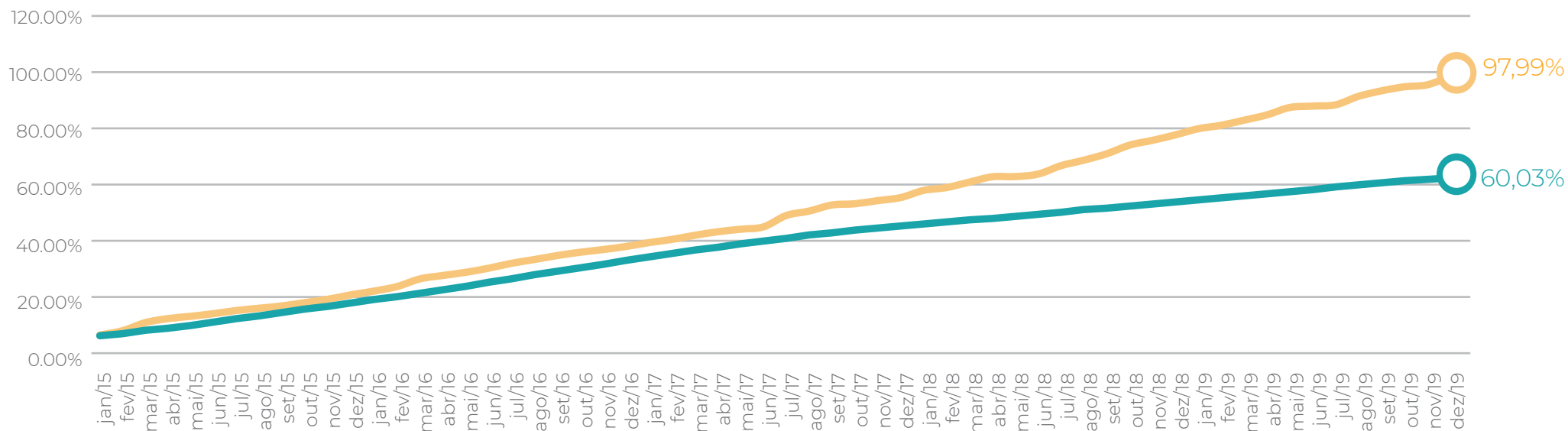


PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – PLANO B

24 MESES



60 MESES



PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO B

RENDA FIXA

Após um ano de muitos desafios, o país amigrou para um ambiente de inflação e taxa de juros baixas (esta última, em sua mínima histórica), contribuindo para que a economia cresça, mas, por outro lado, cria desafios para os investidores na tomada de decisão no processo de alocação de recursos. Neste cenário, os papéis da renda fixa perderam atratividade em função das baixas taxas de remuneração oferecidas, forçando os investidores a diversificarem as alocações de seus recursos e assumindo mais risco em busca de melhores retornos.

Assim como no Plano A, o segmento de Renda Fixa representa o maior percentual na carteira de investimentos do Plano B (83,2%), sendo composto por títulos públicos indexados à inflação (36,3% do segmento), tí-

tulos públicos prefixados (15,6% do segmento), títulos públicos pós-fixado, indexada à Selic (2,0% do segmento), créditos privados (20,1% do segmento) e Fundos de Investimentos (9,4% do segmento). Como estes títulos de renda fixa foram adquiridos no mercado quando as taxas praticadas eram superiores as negociadas no mercado atual, o estoque destes títulos tem uma taxa média mais elevada, garantindo assim o bom desempenho do segmento.

O resultado da carteira de Renda Fixa do Plano B foi positivo, encerrando 2019 com um volume de R\$ 173,1 milhões e rentabilidade de 8,28%, contra 6,03% da meta atuarial, ou seja, um desempenho 37,32% acima da meta.

RENDA VARIÁVEL

Da mesma forma que no Plano A, em ou-

tubro de 2019 foram liberadas para transferências as ações referente ao acordo de acionistas, emitidas pelo IRB Brasil RE para a carteira de renda variável do Plano B.

O segmento de Renda Variável do Plano B encerrou o exercício com 12 empresas diversificadas por setores correlacionados com o PIB, exposição de 16,1% do total dos investimentos e um volume de aproximadamente R\$ 33,7 milhões. O desempenho da carteira foi excelente, assim como no Plano A, tendo sido impactada positivamente pela transferência das ações do IRB Brasil RE, da carteira de Estruturados. A rentabilidade acumulada foi de 36,70%, resultado superior a meta em 26%.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Assim como no Plano A, em outubro de 2019





PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PLANO B

também foi liquidado o saldo existente no fundo FIP Caixa Barcelona. Como já mencionado no segmento anterior, as ações do IRB que o fundo detinha foram transferidas para a carteira de Renda Variável. Em seu histórico de desempenho, o fundo trouxe para o segmento de Estruturados uma supervalorização, encerrando o ano com rentabilidade acumulada de 35,11%.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento finalizou o exercício de 2019 com 76 contratos de empréstimos, contra 66 do ano de 2018. O volume financeiro emprestado alcançou R\$ 1,2 milhão contra R\$ 587,7 mil no final do ano anterior, representando um acréscimo de 200% na carteira de empréstimos. Parte desse acréscimo pode ser creditada às alterações no regulamento de

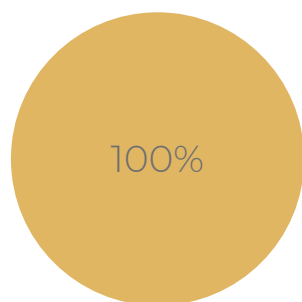
empréstimos, com mais opções de prazos, aumento do valor limite de empréstimo e taxas diferenciadas. Com isso, o retorno do segmento atingiu 14,65% no ano, superando a meta em 142,99%.



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

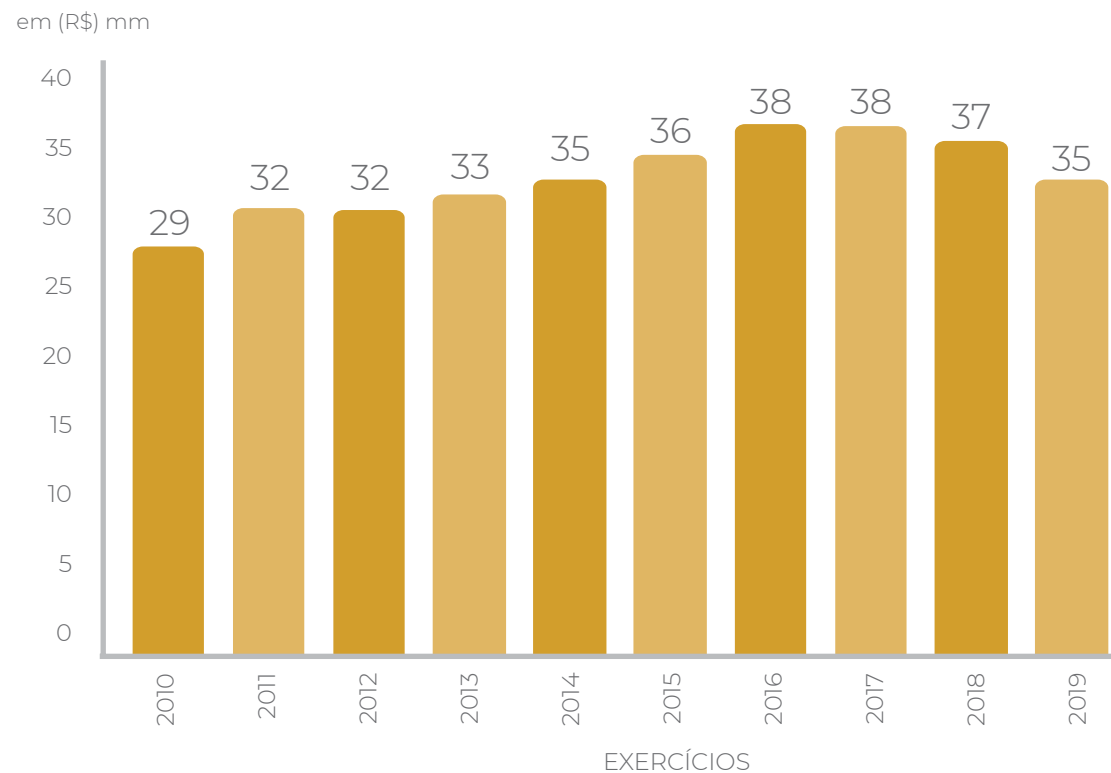
○ PGA é formado exclusivamente por aplicações no segmento de Renda Fixa com valores investidos voltados para o curto prazo. O plano administrativo encerrou o exercício com um total de investimentos de R\$ 31.680.188,32 e retorno de 33,47% sobre o CDI, representado pelo resultado de 7,97% do plano, contra 5,97% do índice de referência. O ativo total do PGA atingiu em dezembro de 2019 o montante de R\$ 35.210.466,74 contra R\$ 36.781.770,75 no mesmo período de 2018.

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



▶ Renda fixa

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

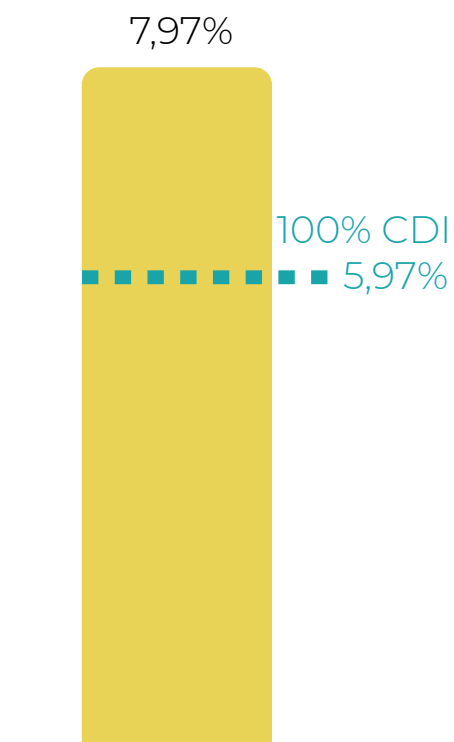


Assim como nos planos previdenciais, todas as aplicações são feitas com base na Política de Investimento do PGA, disponível no site para todos os participantes, obedecendo aos limites estipulados pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.661/2018.



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

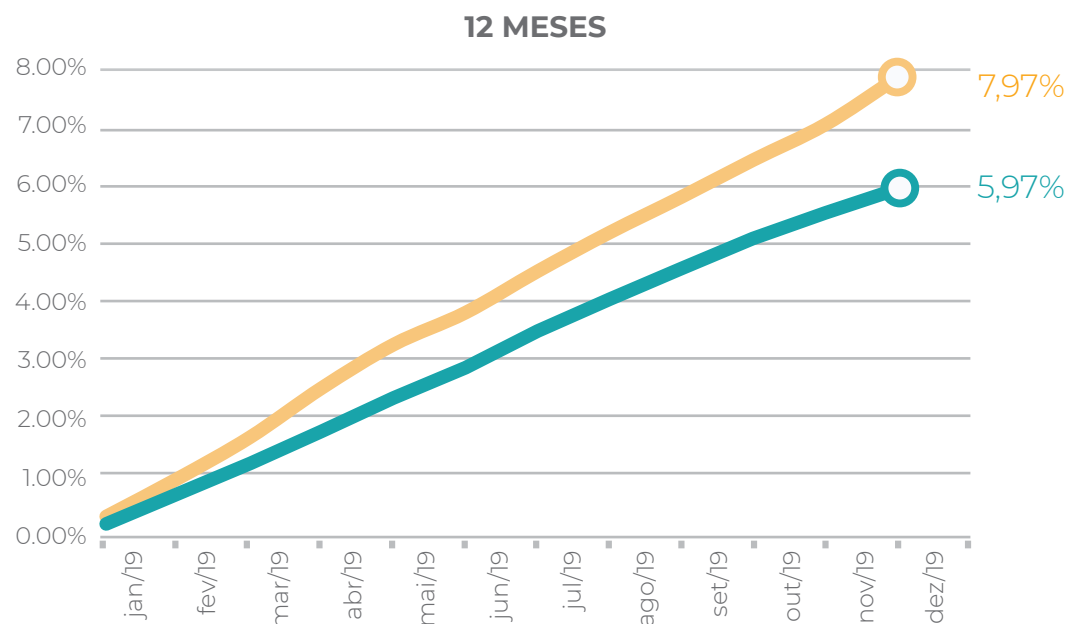
RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Renda fixa

Como pode ser observado no quadro acima, no ano de 2019, o segmento de Renda Fixa aplicado pelo PGA apresentou retorno superior à meta.

A PREVIRB ressalta que é fundamental o acompanhamento dos resultados sob a perspectiva de períodos maiores. Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses:



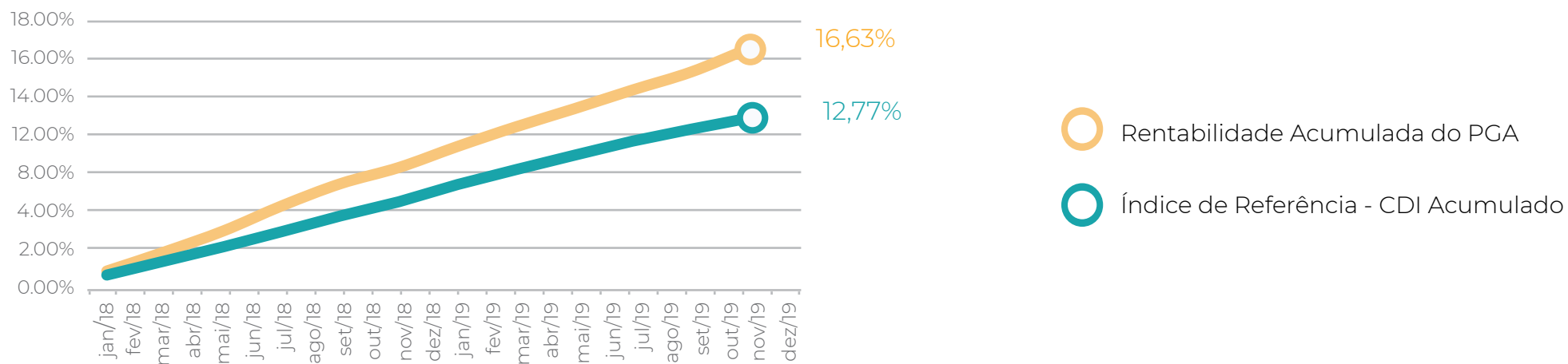
 Rentabilidade Acumulada do PGA

 Índice de Referência - CDI Acumulado

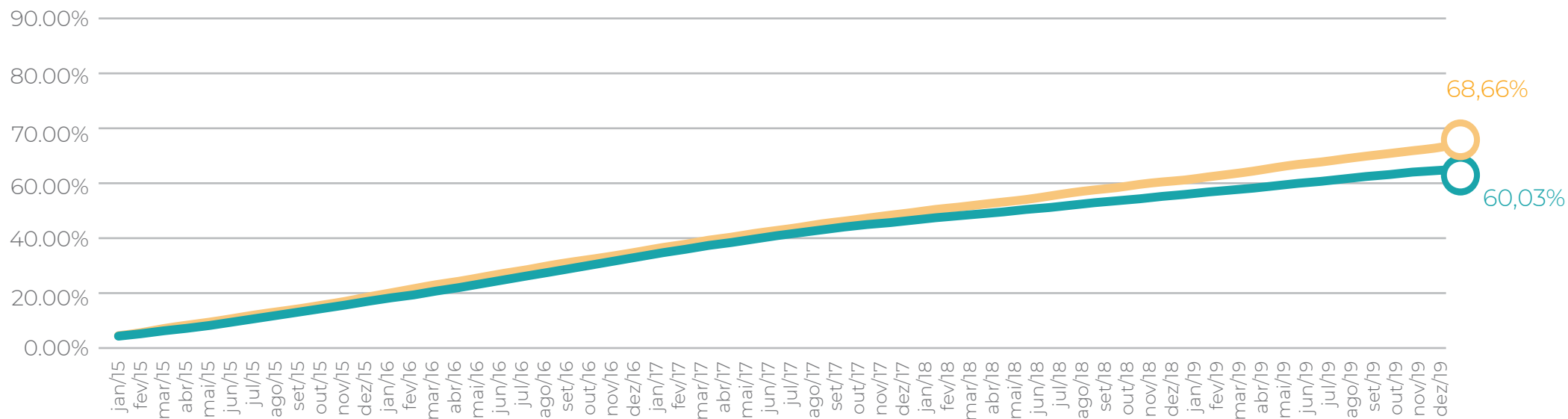


PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

24 MESES



60 MESES





PERFORMANCE DOS SEGMENTOS - PGA

RENDA FIXA

A Renda Fixa é o único segmento na carteira de investimentos do PGA, sua composição é formada por: títulos públicos indexados à inflação (25,0%), títulos públicos prefixados (36,4%), créditos privados (30%) e fundos de investimentos (9,0%).

O resultado da carteira de Renda Fixa do PGA foi superior à meta de retorno em 32,11%, com ótimo desempenho de seus respectivos papéis.



DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A							
SEGMENTOS	EXERCÍCIO 2019		EXERCÍCIO 2018		PLANO DE APLICAÇÃO 2019		LIMITE LEGAL
	%	R\$	%	R\$	MÁXIMO		
					%	R\$	
RENDA FIXA	81,18%	1.960.898.227	84,13%	1.891.161.451	100,0%	2.415.472.415	100%
Títulos Públicos Federais	6,76%	163.270.095	68,76%	1.545.596.978	100,0%	2.415.472.415	100%
NTN's - Notas do Tesouro Nacional	0,00%	0	65,20%	1.465.628.301	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	6,76%	163.270.095	3,56%	79.968.678	-	-	-
Títulos Privados	8,40%	202.966.119	11,87%	266.802.869	70,0%	1.690.830.690	80%
DSTE's - Debêntures Simples	0,00%	-	0,35%	7.940.491	-	-	-
LF's - Letras Financeiras	8,40%	202.966.119	11,52%	258.862.378	-	-	-
Fundos de Investimentos	2,80%	67.717.023	3,50%	78.761.604	20,0%	483.094.483	NA
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	0,98%	23.599.742	1,13%	25.384.759	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	0,44%	10.515.953	1,07%	24.051.614	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	1,39%	33.601.328	1,30%	29.325.231	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	63,22%	1.526.944.989	0,00%	-	20,0%	483.094.483	NA

Continua na página seguinte



DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

continuação da página anterior

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A							
PREVIRB-PLA (NTN-B's)	63,22%	1.526.944.989	0,00%	-	-	-	-
RENTA VARIÁVEL	16,18%	390.752.839	8,89%	199.917.324	15,0%	362.320.862	70%
À Vista - Carteira Própria de Ações*	16,18%	390.752.839	8,89%	199.917.324	-	-	-
ESTRUTURADO	0,00%	0	4,07%	91.533.533	6,5%	157.005.707	20%
IMOBILIÁRIO	3,43%	82.820.000	3,75%	84.283.254	8,0%	193.237.793	20%
Locadas a Terceiros	2,63%	63.440.000	3,05%	68.517.629	-	-	-
Rendas de Participações (Esplanada)	0,80%	19.380.000	0,70%	15.765.625	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,26%	6.284.992	0,26%	5.863.191	2,0%	48.309.448	15,0%
VALORES A RECEBER	0,04%	954.884	0,06%	1.321.457			
Renda Variável	0,02%	556.898	0,04%	887.161			
Imóveis	0,02%	397.986	0,02%	434.296			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	101,09%	2.441.710.943	101,17%	2.274.080.210			
(+) Disponível	0,00%	51.940	0,00%	51.940			
(-) Exigível de Investimentos	-1,09%	-26.290.467	-1,17%	-26.290.467			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	2.415.472.415	100,00%	2.247.841.682			

* Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.



DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS



ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B

SEGMENTOS	EXERCÍCIO 2019		EXERCÍCIO 2018		Plano de Aplicação 2019 Máximo		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
	RENDA FIXA	83,22%	173.073.849	85,02%	138.918.022	100,0%	
Títulos Públicos Federais	17,67%	36.740.065	50,10%	81.863.351	100,0%	207.961.225	100%
NTN's - Notas do Tesouro Nacional	0,00%	-	43,02%	70.294.525	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	15,65%	32.552.042	7,08%	11.568.826	-	-	-
LFT's - Letras Financeira do Tesouro	2,01%	4.188.024	-	-	-	-	-
Títulos Privados	20,10%	41.807.644	23,61%	38.573.736	80,0%	166.368.980	80%
DSTE's - Debêntures Simples	0,00%	-	0,73%	1.191.074	-	-	-
LF's - Letras Financeiras	20,10%	41.807.644	22,88%	37.382.662	-	-	-
Fundos de Investimentos	9,44%	19.622.367	11,31%	18.480.936	20,0%	41.592.245	NA
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	2,01%	4.170.740	3,68%	6.017.184	-	-	-
Fundo Bradesco H FI RF DI LP	2,04%	4.252.176	0,11%	176.092	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	2,33%	4.849.993	3,99%	6.527.946	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	3,05%	6.349.458	3,52%	5.759.714	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	36,02%	74.903.772	0,00%	-	20,0%	41.592.245	-
PREVIRB-PLB (NTN-B's)	36,02%	74.903.772	0,00%	-	-	-	-

Continua na página seguinte



DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

continuação da página anterior

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B							
RENDA VARIÁVEL	16,14%	33.567.079	10,69%	17.469.899	15,0%	31.194.184	70%
À Vista - Carteira Própria de Ações*	16,14%	33.567.079	10,69%	17.469.899		-	
ESTRUTURADO	0,00%	0	3,79%	6.193.269	7,5%	15.597.092	20%
EXTERIOR**	0,00%	0	0,00%	0	1,5%	3.119.418	10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,56%	1.172.553	0,36%	587.737	5,0%	10.398.061	15%
VALORES A RECEBER	0,05%	103.926	0,09%	139.175	(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%. (**) Investimento no Exterior: Vedado à aplicação em títulos soberanos de países emergentes.		
Renda Variável	0,05%	103.926	0,09%	139.175			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	99,98%	207.917.406	99,94%	163.308.102			
(+) Disponível	0,02%	47.481	0,06%	95.305			
(-) Exigível de Investimentos	0,00%	-3.661	0,00%	0			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	207.961.225	100,00%	0			
RECURSOS GARANTIDORES		100,00%		163.403.407			



DEMONSTRATIVOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PGA							
SEGMENTOS	Exercício 2019		Exercício 2018		Plano de Aplicação 2019 Máximo		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
	RENDA FIXA	100,00%	31.680.188	100,00%	33.021.794	100,0%	
Títulos Públicos Federais	61,44%	19.462.966	43,08%	14.226.704	100,0%	31.680.188	100%
NTN's - Notas do Tesouro Nacional	25,07%	7.941.578	27,66%	9.135.081	-	-	-
LTN's - Letras do Tesouro Nacional	36,37%	11.521.388	15,42%	5.091.623	-	-	-
Títulos Privados	29,64%	9.391.467	46,05%	15.205.035	80,0%	25.344.151	80%
DSTE's - Debêntures Simples	0,00%	0	0,72%	238.215	-	-	-
LF's - Letras Financeiras	29,64%	9.391.467	45,32%	14.966.820	-	-	-
Fundos de Investimentos	8,92%	2.825.755	10,87%	3.590.055	50,0%	15.840.094	NA
Fundo Bradesco H FI RF DI LP	2,75%	872.470	0,43%	140.834	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	2,92%	924.387	5,19%	1.713.081	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	3,25%	1.028.898	5,26%	1.736.140	-	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	100,00%	31.680.188	100,00%	33.021.794			



GESTÃO TERCEIRIZADA - FUNDOS

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

No quadro abaixo são apresentadas informações complementares dos fundos de investimentos que compõem as carteiras dos planos da Fundação, com posição em 31 de dezembro de 2019. Cabe ressaltar que

a gestão terceirizada é realizada por agentes de reconhecida conduta e profissionalismo, pertencentes aos principais grupos financeiros do país.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS	GESTOR	DISTRIBUIÇÃO					
		Plano	Saldo	Participação s/ Total dos Recursos Garantidores dos Planos	Participação Sobre Total Terceirizado	Participação s/ Patrimônio do Fundo de Investimentos	
REFERENCIADO E CRÉDITO PRIVADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	23.599.741,96	0,97%	26,17%	0,4772%
			B	4.170.740,42	2,01%	4,63%	0,0843%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	SANTANDER	A	33.601.327,75	1,38%	37,27%	0,8304%
			B	6.349.458,40	3,05%	7,04%	0,1569%
			PGA	1.028.897,98	3,24%	1,14%	0,0254%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	10.515.953,27	0,43%	11,66%	1,0234%
			B	4.849.992,83	2,33%	5,38%	0,4720%
			PGA	924.386,98	2,91%	1,03%	0,0900%
	BRADESCO H FI RF DI LP	BRADESCO	B	4.252.175,82	2,04%	4,72%	0,7398%
			PGA	872.470,30	2,75%	0,97%	0,1518%
TOTAL				90.165.145,71	3,36%	100,00%	



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020 - 2024

Conforme estabelece a Resolução MPS/CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003, e posteriores alterações, as Políticas de Investimentos devem ser elaboradas tendo um horizonte de 60 meses, devendo ser revisadas anualmente. Sendo assim, para o período 2020/2024 procedemos aos ajustes necessários ao novo cenário econômico e às alterações dispostas na Resolução CMN nº 4.661/2018, mantendo nas Políticas de Investimentos as diretrizes que dizem respeito à macro alocação dos investimentos da PREVIRB.

As Políticas de Investimentos apresentam as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pela PREVIRB, cujas principais características são:

PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	1977.0001-18	INPC + 4,10% a.a.
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	2003.0019-56	100% da variação do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	-	100% da variação do CDI

*O índice de referência estabelecido na política para o Plano B é o CDI. Para os benefícios definidos do Plano, a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 4,10% ao ano.

Os itens a seguir referem-se aos Planos A, B e PGA e complementam as informações contidas no Capítulo IV, Art.19, da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
Os planos de benefícios privilegiam a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade “com garantia”.	A entidade, à exceção dos ativos constantes nos fundos de investimentos, optou pela marcação de seus ativos de renda fixa na curva.	A entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras.



QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO A

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	101% do INPC + 4,10% ao ano	100%	80,00%	100,00%
Títulos Públicos	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	70,00%
Fundos de Investimentos	-	N/A	-	80,00%
Renda Variável	100% da variação do IBrX-50	70%	16,00%	25,00%
Ações (mercado a vista) + Opções (*)	100% da variação do IBrX-50	70%	16,00%	25,00%
Estruturado	102% do INPC + 4,10% ao ano	20%	0,00%	6,50%
Imobiliário	101% do INPC + 4,10% ao ano	20%	3,50%	8,00%
Operações com participantes	101% do INPC + 4,10% ao ano	15%	0,50%	2,00%
Exterior	N/A	10%	0,00%	0,00%

(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.



QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO B

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	101% da variação do CDI	100%	81,00%	100,00%
Títulos Públicos	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	80,00%
Fundos de Investimentos	-	N/A	-	80,00%
Renda Variável	100% da variação do IBrX-50	70%	17,00%	25,00%
Ações (mercado a vista) +Opções (*)	100% da variação do IBrX-50	70%	17,00%	25,00%
Estruturado	102% da variação do CDI	20%	0,00%	7,50%
Operações com participantes	101% da variação do CDI	15%	1,00%	5,00%
Exterior	101% da variação do CDI	10%	1,00%	1,50%

(*) Limite máximo para aplicação no mercado de opções fixado em 1,0%.



QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

SEGMENTO	BENCHMARK	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	101% da variação do CDI	100%	100,00%	100,00%
Títulos Públicos	-	100%	-	100,00%
Títulos Privados	-	80%	-	80,00%
Fundos de Investimentos	-	NA	-	50,00%

A Resolução CMN nº 4.661/2018 determina que as Fundações designem o administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), que será o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos. Determina, ainda, a designação do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade. A seguir estão indicados o AETQ e o ARGR da PREVIRB.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
AETQ	359.210.137-49	RENÉ SANTOS DE CASTRO	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS
AETQ Substituto	029.145.347-36	JOÃO BOSCO QUADROS BARROS	SUPERINTENDENTE GERAL

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARGR	029.145.347-36	JOÃO BOSCO QUADROS BARROS	SUPERINTENDENTE GERAL



QUADRO RESUMO DOS LIMITES E META/ ÍNDICE DE REFERÊNCIA

○ ARGR da Fundação, após análise e avaliação, certifica a aderência dos seguintes riscos: crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico, atuarial e de solvência, conforme indicado no quadro abaixo:

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO	
TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco de Legal	✓
Risco de Operacional	✓
Risco de Sistêmico	✓
Risco de Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓

As Políticas de Investimentos estão disponíveis, na íntegra, no site da PREVIRB (<https://www.previrb.com.br/>) para consulta pelos Participantes e Assistidos.





BENEFÍCIOS

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO E NOS REGULAMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS

Não houve alteração no Estatuto e no Regulamento dos Planos Previdenciais A e B no exercício de 2019.

ESTUDOS TÉCNICOS

Todas as hipóteses atuariais adotadas em avaliação atuarial estão embasadas em estudo técnico de adequação. Esse estudo tem validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização, porém, com relação à hipótese de taxa de juros real, o estudo técnico terá validade específica de 1 (um) ano.

O objetivo principal desse estudo é o de dimensionar os compromissos do plano e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como o montante das reservas matemáticas e fundos previdenciais.

A PREVIRB opta por realizar um estudo completo, de todas as hipóteses, a cada ano, para melhor gerenciar seu risco atuarial, aliando solidez econômico-financeira, com a finalidade de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio aos planos de benefícios administrados. O Plano A encontra-se num estágio de maturidade alto, com R\$ 1,59 bilhão em provisões matemáticas, em que a grande maioria

está em fase de recebimento de benefícios. Já o Plano B, é um plano jovem, que, por sua vez, a grande maioria encontra-se em fase acumulação de contribuições. Os estudos técnicos apontaram a necessidade de ajustes nas hipóteses, sempre com a finalidade de manter a sustentabilidade do plano.

Cabe ressaltar que esses estudos são desenvolvidos por uma consultoria externa, para garantir maior isenção, e foram validados e aprovados pelo Comitê de Segurança, Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.

Além disso, os Patrocinadores dos Planos são responsáveis pelo envio de informação acerca da expectativa de crescimento salarial e da rotatividade esperada.

Com base nessas informações e estudos, o Conselho Deliberativo da Fundação decide sobre as hipóteses e premissas que serão adotadas pelos Planos Previdenciais para o exercício seguinte.

Em seguida apresentamos as hipóteses aprovadas.



GESTÃO PREVIDENCIAL

HIPÓTESES	Plano A	Plano B
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (suavizada em 10%) M&F para o grupo de custeio Grupo Plano A e AT-83 para o Grupo “Pré-68”	AT-2000 (suavizada em 10%) (Desagravada em 10%) M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Fator de Capacidade	0,99	0,99
Projeção de Crescimento Salarial	Nulo	2% acima do IPCA
Rotatividade	Nula	5,00%
Custo de Pensão		
Benefícios a Conceder	Família Real	Família Padrão
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real
REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO	Plano A	Plano B
Renda de Aposentadoria		Capitalização
Aposentadoria por Invalidez		Capitalização e Sistema Misto
Pensão por Morte		Repartição de Capitais de Cobertura
Pecúlio por Morte		Repartição Simples
Auxílio-Funeral	-	Repartição Simples
Renda Temporária de Auxílio-Doença	-	Repartição de Capitais de Cobertura



Informamos que foram alteradas as seguintes hipóteses no Plano Previdencial A:

1. a Tábua de Mortalidade Geral do grupo de custeio “Pré-68” passou de AT-2000 M&F (suavizada em 10%) para AT-83, em razão desta última ter apresentado maior aderência a massa de participantes desse grupo. Essa alteração resultou na diminuição das provisões matemáticas;
2. a Taxa de Juros Atuariais diminuiu de 4,38%a.a para 4,10%a.a.. Essa diminuição resultou no aumento das provisões matemáticas;
3. o Fator de Capacidade foi alterado de 98,03% para 99%. O Fator de Capacidade expressa o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligado ao índice de inflação projetado. Sendo que quanto menor for o índice de inflação entre as duas datas, maior o fator de capacidade e vice-versa.

No Plano Previdencial B foram alteradas as seguintes hipóteses:

1. a Taxa de Juros Atuariais diminuiu de 4,38%a.a para 4,10%a.a.. Essa diminuição resultou no aumento das provisões matemáticas;
2. a Rotatividade passou de 3,00% para 5,00%. Alteração realizada com base na experiência do grupo e na informação dos Patrocinadores;
3. a Projeção de Crescimento Salarial passou de 1,00% acima do IPCA para 2,00% acima do IPCA, com base na manifestação dos Patrocinadores do Plano;
4. o Fator de Capacidade foi alterado de 98,03% para 99%.

PLANO PREVIDENCIAL A

Perfil dos Participantes

O Plano A possui dois grupos de custeio, denominados Grupo Plano A e Grupo “Pré-68”

(participantes admitidos no Patrocinador IRB até 31/12/1968). Dentro do Grupo “Pré-68” há Assistidos cujos benefícios são de responsabilidade do IRB e da PREVIRB e outros cujo benefício é de inteira responsabilidade do IRB.

Em dezembro de 2019, o número de assistidos (1.493 assistidos e pensionistas) correspondia a 99,47% do total de participantes do Plano, contra 0,53% de participantes (8) com benefícios a conceder. Observa-se também que a idade média dos aposentados se manteve no mesmo patamar, sendo que no Grupo Plano A, passou de 68,4 para 69,4 anos de idade e no Grupo “Pré-68”, passou de 84,6 para 85,2 anos.

Ao final do exercício de 2019, o Plano atingiu a marca de 1.501 benefícios pagos, mensalmente, contra 1.546 no ano anterior, dos quais 49 de responsabilidade exclusiva do IRB Brasil RE, contra 55 no ano anterior.

No exercício foram registradas as seguintes



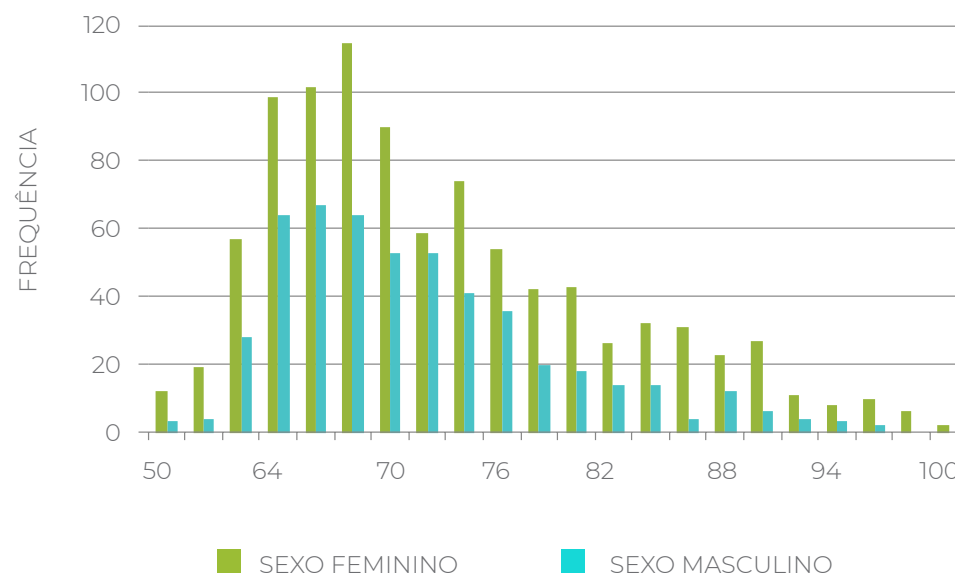
ocorrências: 48 falecimentos de Assistidos e Pensionistas e a concessão de quatro novas pensões. As idades dos Segurados estão compreendidas na faixa de 37 a 100 anos, situando-se a média na casa dos 71,58 anos.

A distribuição dos Segurados por sexo e idade mostra a predominância das mulheres em todas as faixas de idade. No total, 65% são mulheres e 35%, homens.

PLANO PREVIDENCIAL A
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS
POR IDADE
31/12/2019



PLANO PREVIDENCIAL A
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS
POR SEXO
31/12/2019



Despesas com Benefícios

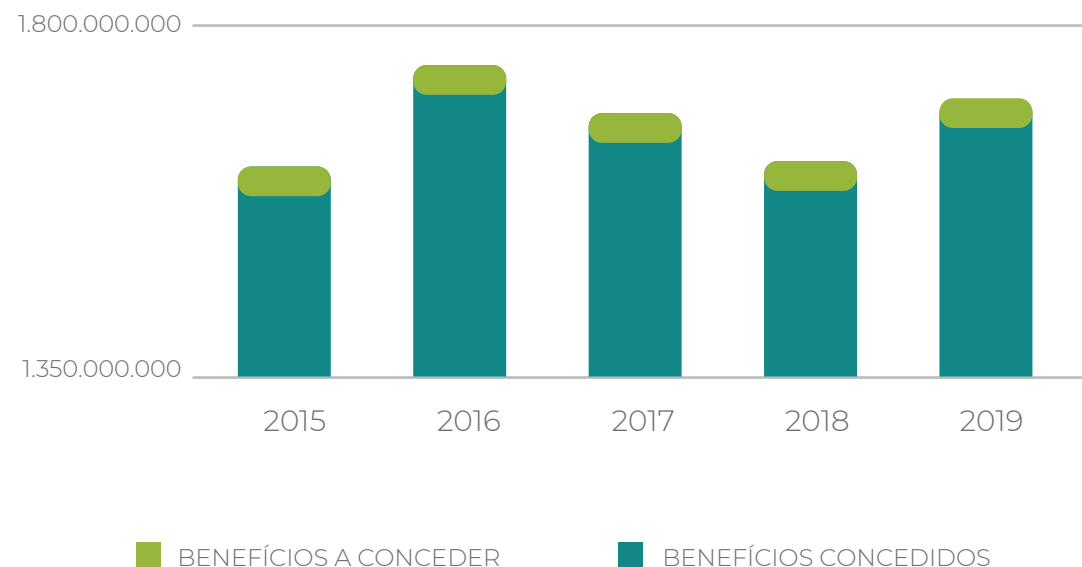
Em 2019 foram pagos R\$ 117,54 milhões no Grupo Plano A, com aumento de 2,62% em relação ao exercício anterior (R\$ 114,46 milhões). Desde janeiro de 2016, a PREVIRB efetua os pagamentos dos benefícios dos Assistentes do Grupo “Pré-68” e, para isso, o IRB Brasil RE repassa mensalmente à PREVIRB, previamente ao pagamento, o valor de sua responsabilidade. O montante total pago em benefícios com este grupo em 2019 foi de R\$ 19,99 milhões, uma redução de 1,04% em relação ao exercício anterior (R\$ 20,20 milhões).

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática aumentou em R\$ 46,99 milhões em 2019, atingindo o montante de R\$ 1,73 bilhão, incluído o valor do Grupo “Pré-68” (R\$ 138,4 milhões).

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos cinco anos e, a partir de 2015, engloba o valor da Reserva do Grupo “Pré-68”, que embora esteja contabilmente segregada, para efeitos de totalização está sendo considerada no gráfico abaixo.

PLANO PREVIDENCIAL A



Reservas de Contingência e Especial

O superávit apurado ao final do exercício foi alocado em Reserva de Contingência e em Reserva Especial. O limite da Reserva de Contingência, considerando a duration do passivo apurada em 31/12/2019, de 9,92 anos, é de 19,92% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Importante registrar que o referido superávit refere-se integralmente ao Grupo Plano A, a cargo da PREVIRB. A parcela das Provisões Matemáticas, referente ao Grupo “Pré-68”, a cargo do Patrocinador IRB, não é considerada no cálculo e possui controle segregado da massa original do Plano Previdencial A.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R\$ 2,4 bilhões, e, portanto, superior às Provisões Matemáticas Globais avaliadas em R\$ 1,59 bilhão, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 813,3 milhões, sendo R\$ 316,8 milhões alocados na

Reserva de Contingência e R\$ 496,5 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano. Este é o terceiro ano de constituição de Reserva Especial no Plano A, havendo, portanto, obrigatoriedade quanto à sua destinação, por meio da criação do Fundo Previdencial para Revisão do Plano, no Balanço de final do exercício de 2020.

PLANO PREVIDENCIAL A



PREVIRB

PLANO PREVIDENCIAL A

CNPB 1977.0001-18

Parecer Atuarial 14/2020

Fevereiro/2020

1.0 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Previdencial A**, patrocinado pelo **IRB – Brasil Resseguros S.A.**, administrado e executado pela **PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como a apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **Plano A** oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1977.0001-18 e encontra-se **fechado a novas adesões**, desde 31/01/1998.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, na **Data Base de 31/12/2019**, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada pela Portaria Previc nº 459, de 27/09/2016, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e in-

formados pela Entidade, em 31/10/2019 e posicionados para 31/12/2019, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade, considerando a data de 31/12/2019.

Considerando a data de **31/12/2019**, observou-se a existência de dois Grupos de Custeio no **Plano A**, sendo estes denominados de **“1 - Plano Previdencial A”** e **“2 – Pré-68”**. Ressalta-se que a criação do Grupo de Custeio Pré-68 foi aprovada em decorrência da Avaliação Atuarial de 2015, pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB através da Resolução CONDEL nº 053/2015, de 15/12/2015.

Adicionalmente, e em face de a **PREVIRB** não ter informado nenhum fato relevante em relação ao **Plano A**, em conformidade com a correspondência **Mercer 85 - CT 234/19** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2019 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a



comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do **Plano A**, conforme estabelece o Artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2.0 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL A

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Agregado.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2019**, foi de **0,859%**, líquido de

carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **0,859%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **0,00%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2018, houve uma redução de **22,647 pontos percentuais** no custo do Plano, o qual registrou a alíquota de **23,506%**, líquida de carregamento administrativo, sendo **0,907%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **22,599%** em 31/12/2018.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Grupo de Custeio do Plano Previdencial A**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2019 e montavam **R\$1.581.067.212,29**, sendo **R\$1.499.244.083,00 referentes** aos benefícios **programados** e **R\$81.823.129,29** re-

ferentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** posicionadas em **31/12/2019** montavam **R\$9.474.501,42**, sendo **R\$9.472.657,31 referentes** aos benefícios **programados** e **R\$1.844,11** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Em 31/12/2019 o **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** não possui dívidas contratadas. Desta forma, o total das **Provisões Matemáticas** montava, em **31/12/2019**, **R\$ 1.590.541.713,71**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2018, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi **positiva em 3,92%**, tendo sido registrado o montante de **R\$1.530.600.781,81** em **31/12/2018**. Dentre os fatores relevantes



para essa variação, destacam-se a alteração da premissa de Fator de Capacidade, Taxa de juros e movimentação da base cadastral.

12.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano A**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela

PREVIRB, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 85 - RE 70/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio Plano Previdencial A** não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PRÉ-68

2.2.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Considerando que o **Grupo de Custeio**

Pré-68 possui somente benefícios concedidos, não há custo normal para o Grupo de Custeio, conforme consta da Avaliação Atuarial anual.

2.2.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Grupo de Custeio Pré-68**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2019 e montavam **R\$138.423.879,00**, sendo **R\$138.065.982,00** referentes aos benefícios **programados** e **R\$357.897,00** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

O **Grupo de Custeio Pré-68** não possui Participantes e, portanto, não há registro de **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC**.



As Provisões Matemáticas a **Constituir** – **PMaC** foram avaliadas em R\$138.423.879,00, em 31/12/2019, e referem-se, integralmente, ao valor dos benefícios concedidos aos assistidos do Grupo Pré-68, devido à transferência da responsabilidade da Patrocinadora para a PREVIRB referente à operacionalização e administração do pagamento de benefícios de Complementação, Suplementação, Melhoria de Complementação de Aposentadoria, Melhoria de Pensão por Morte e do Pecúlio por Morte devidos ao referido grupo, o qual é formado pelos funcionários admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968.

O montante foi objeto de um Contrato de Confissão de Dívida do IRB - Brasil Resseguros S.A. perante a PREVIRB, com garantias, para dar suporte econômico-financeiro integral aos pagamentos citados, reafirmando ao IRB - Brasil Resseguros S.A. sua obrigação exclusiva de custeio com base nas Avaliações Atuariais em relação ao referido Grupo, como determina Regulamento do Plano

A. As Provisões a Constituir são permanentemente ajustadas ao valor calculado das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Grupo Pré-68.

Considerando que o valor da dívida contratada está integralmente registrado em Provisões Matemáticas a Constituir, a qual monta, em 31/12/2019, o valor de **R\$138.423.879,00**, o total das **Provisões Matemáticas** deste Grupo de Custeio resulta em valor nulo, em **31/12/2019**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2018, não houve a variação nominal das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio Pré-68, uma vez que a monta em Benefícios Concedidos equivale à das Provisões Matemáticas a Constituir. Estas, por sua vez, diminuíram em decorrência do montante pago em benefícios, que superou a atualização dos benefícios.

2.2.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Grupo de **Custeio Pré-68**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **PREVIRB**, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, referendadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta



Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer 85 - RE 70/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº30/2018.

Especificamente em relação ao Grupo de Custeio Pré-68, a totalidade do risco atuarial é absorvido pela Patrocinadora, em razão do Contrato de Dívida já mencionado, cujo valor rege-se pelo valor das Provisões Matemáticas do referido Grupo, não havendo qualquer risco atuarial atribuível ao Plano de Benefícios.

2.2.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Grupo de Custeio Pré-68 não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.3 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.3.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela **PREVIRB** foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.3.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do

exercício de 2019, o **Plano A** não possui valor registrado em **Fundos Previdenciais**.

2.3.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$1.590.541.713,71**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31/12/2019**, no montante de **R\$2.403.895.797,68**, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$813.354.083,97**. O referido superávit refere-se, em sua integralidade, ao **Grupo de Custeio Plano Previdencial A**, de modo que Grupo de Custeio Pré-68 possui resultado atuarial nulo.

O superávit do Plano passou de **R\$702.213.918,74** em, **31/12/2018**, para **R\$813.354.083,97** em **31/12/2019**, representando um aumento de **15,83%**, ou **R\$111.140.165,23**. Esta variação deveu-se, primordialmente, à rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à



meta atuarial.

No período compreendido entre janeiro/2019 e dezembro/2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,06%, composta pelo INPC de 4,48% mais taxa de juros de 4,38% (vigente durante o exercício de 2019), enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 13,08% conforme informação repassada pela **PREVIRB**, representando um ganho atuarial de 3,69%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 outubro de 2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela **PREVIRB** montava **R\$169.670.161,83** positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário** de **R\$983.024.245,80**

Cumprir esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se

superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

2.3.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2019, observa-se que o **Plano A** apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, pela superação da meta atuarial do Plano, atenuado pela redução na taxa de juros. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

Da totalidade do superávit apurado em 31 de dezembro de 2019, o montante de **R\$316.835.909,37** foi alocado em **Reserva de Contingência**, e **R\$496.518.174,60** em **Reserva Especial para Revisão do Plano**, em conformidade com a Resolução

CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Cumprir ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CPNC nº 30/2018, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano A, posicionada em 31 de dezembro de 2019, de valor 9,92 anos, ficando o limite em 19,92% das Provisões Matemáticas.

No que diz respeito à Reserva Especial, cumprir ressaltar que trata-se do terceiro ano de constituição, havendo portanto obrigatoriedade quanto à sua destinação até o final do exercício de 2020.

2.3.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.



2.3.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado.

O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme Art. 6º da Resolução CNPC nº 30/2018.

2.3.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) De acordo com o Balancete Contábil de 31/12/2019, verifica-se que o montante de **R\$138.423.879,00** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que há Provisões a Constituir referentes ao Grupo Pré-68;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela PREVIRB, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo

que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;

3) Os **Fundos do Plano** montavam a quantia de **R\$30.512.713,08**, sendo **R\$27.126.973,69** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$3.385.739,39** a **Fundo dos Investimentos**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procederam-se às seguintes alterações:

i. Taxa de juros real: de **4,38% a.a.** para **4,10% a.a.**;

ii. Fator de Capacidade de Benefícios: de **0,98** para **0,99**;

iii. Tábua de Mortalidade Geral do Grupo Pré-68: **AT-83** em substituição à

AT-2000 suavizada em 10% M&F.

5) As Provisões a Constituir observadas no Plano A, do Grupo Pré-68, são referentes aos benefícios já concedidos, sendo que devem ser objeto de contrato com garantia, conforme a Resolução CNPC nº 30/2018. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se, atuarialmente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo Pré-68, caso, em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, deve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.

3.0 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2020, vigente a partir de 1º de abril de 2020, terá a seguinte configuração, a ser submetido ao Conselho Deliberativo:



AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019

PLANO DE CUSTEIO

CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA (%)		
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019
PARTICIPANTES*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição - SRC, até o limite de R\$3.500,00 de SRC.	3,00%	3,00%
	Um 2º percentual adicional (2º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição de R\$3.500,00 até R\$5.600,00.	7,25%	7,25%
	Um 3º percentual adicional (3º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição acima de R\$5.600,00)	14,00%	14,00%
PATROCINADORA - PARA PARTICIPANTES ATIVOS	Corresponderá à diferença entre a contribuição mensal referente a cada participante - taxa global* x salário real de contribuição - e a contribuição devida pelo Participante, obtida através da escala explicitada na escala progressiva de contribuição, objetivando a manutenção da paridade legal.	Corresponderá à diferença entre a contribuição mensal referente a cada participante - taxa global* x salário real de contribuição - e a contribuição devida pelo Participante, obtida através da escala explicitada na escala progressiva de contribuição, objetivando a manutenção da paridade legal.	

Continua na página seguinte



AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019

continuação da página anterior

PLANO DE CUSTEIO		
CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA (%)	
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019
PATROCINADORA – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REFERENTE AO GRUPO PRÉ-68	Corresponderá ao montante ao qual a Patrocinadora se obrigou a pagar, conforme Contrato de Dívida firmado.	Corresponderá ao montante ao qual a Patrocinadora se obrigou a pagar, conforme Contrato de Dívida firmado.
ASSISTIDOS	Para os admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968: 0,00%	Para os admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968: 0,00%
	Para os admitidos na Patrocinadora após 31/12/1968: 0,00%	Para os admitidos na Patrocinadora após 31/12/1968: 0,00%

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO ***			
PATROCINADORA	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições
PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS)	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições
ASSISTIDOS	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições	0% sobre as contribuições

* A taxa global de Custeio para o único Participante Ativo corresponde a 0,859%, sendo 0,404% para pensão por morte e 0,455% para o pecúlio, com carregamento de 0,00% referente às despesas administrativas, caso seja adotado o Plano de Custeio proposto. Da totalidade das contribuições, a parcela de cobertura de benefícios de risco é de 0,859%, enquanto para benefícios programados é de 0,00%.

** As taxas apresentadas estão com carregamento de 0,00% relativamente às despesas administrativas.

*** Alíquotas definidas pela PREVIRB, sujeitas a alterações, mediante decisão da Entidade.



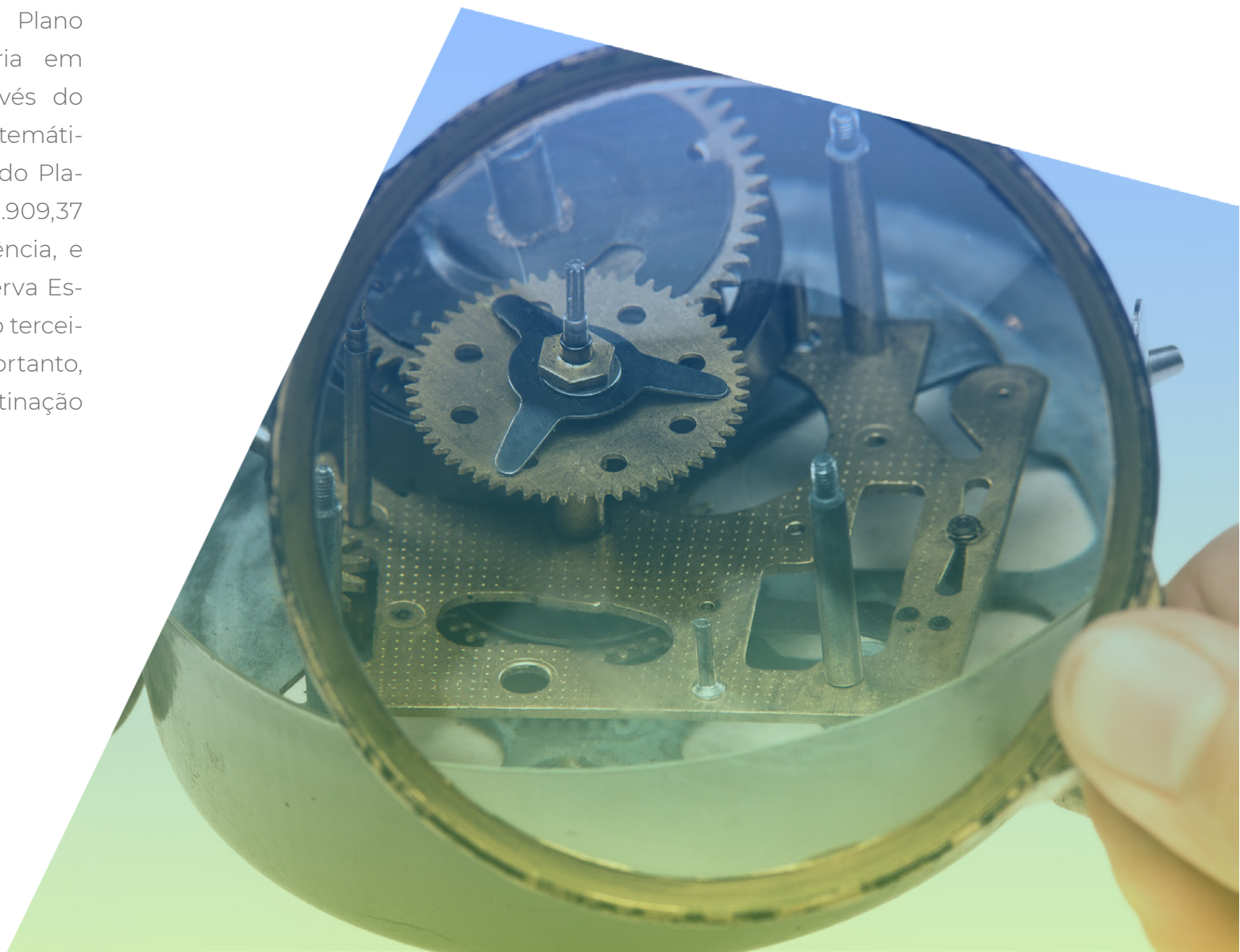
4.0 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano A, em 31/12/2019, é superavitária em R\$813.354.083,97, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que o valor de R\$316.835.909,37 alocado em Reserva de Contingência, e R\$496.518.174,60 alocado em Reserva Especial de Revisão de Plano, sendo o terceiro ano de constituição, havendo, portanto, obrigatoriedade quanto à sua destinação até o final do exercício de 2020.

Este é o Parecer.

Brasília, 17 de fevereiro de 2020.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA
Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR



III – PLANO PREVIDENCIAL B

Perfil dos Participantes

Plano B é um plano jovem e possui movimentação mais dinâmica de entrada e saída de Participantes. Ao final do exercício de 2019, o plano contava com 633 Participantes, apresentando uma diminuição de 0,31% em relação a 2018, cujo quadro comparativo é apresentado a seguir:

PARTICIPANTES	2018	2019
Ativos	377	378
Autopatrocinados	137	133
Remidos	47	42
Assistidos	69	75
Pensionistas	5	5
Total	635	633

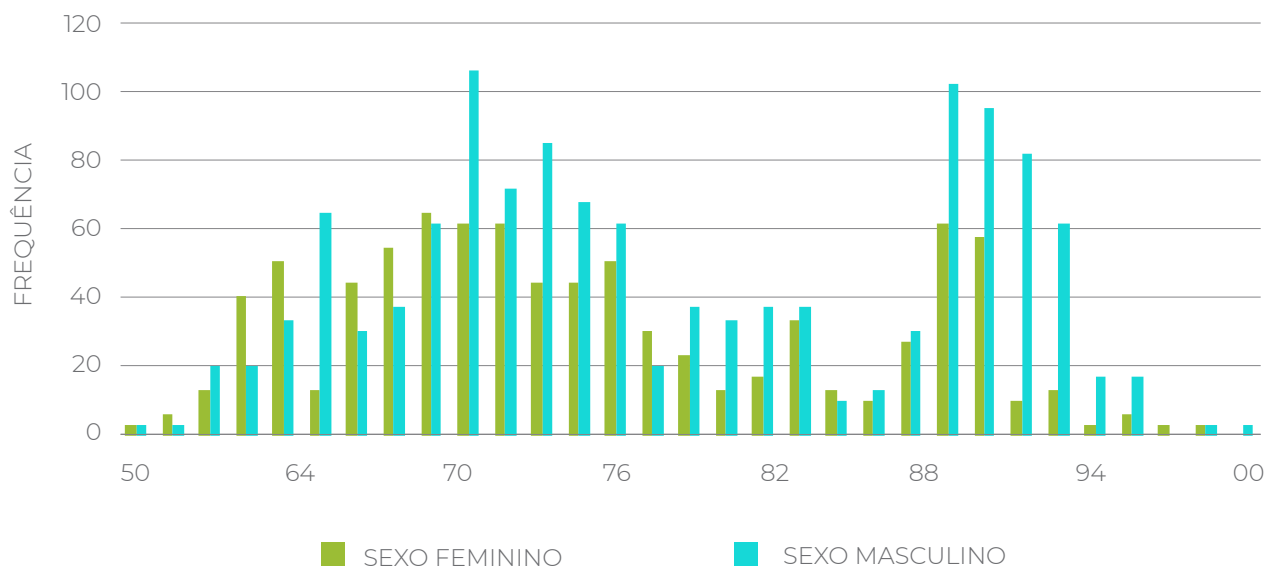
As idades dos Participantes estão compreendidas na faixa de 20 a 80 anos, situando-se a média na casa dos 47,06 anos.

**PLANO PREVIDENCIAL B
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES
POR IDADE
31/12/2019**



A distribuição dos Participantes por sexo e idade mostra a predominância dos homens na grande maioria das faixas de idade. No total, 59% são homens e 41%, mulheres.

**PLANO PREVIDENCIAL B
DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES
POR SEXO
31/12/2019**



Despesas com Benefícios, Resgates e Portabilidade

As despesas com benefícios apresentaram um aumento de 10,09% em relação ao exercício de 2018, passando de R\$ 2,18 milhões para R\$ 2,40 milhões. Com relação à opção pelo Saque, houve uma diminuição de 3,09%, passando de R\$ 2,59 milhões para R\$ 2,51 milhões. Houve diminuição de saída de recursos por meio da Portabilidade, representando uma redução de 62,22%, passando de R\$ 2,25 mil em 2018, para R\$ 0,85 mil em 2019.

Este é o terceiro ano em que o Plano passou a conceder o benefício de Renda Temporária de Auxílio-Doença, com pagamento de R\$ 109,64 mil de benefícios, um aumento de 95,58% com relação ao ano anterior.



Fundos de Cobertura de Risco do Plano Previdencial B

Os Fundos Previdenciais do Plano apresentaram aumento da ordem de 21,19% quando comparado ao do exercício anterior, em razão das contribuições e do retorno de investimentos superarem os sinistros ocorridos no período.

O saldo do Fundo de Cobertura de Auxílio-Doença, no qual são alocadas as contribuições e o rendimento do fundo que farão face ao pagamento desse benefício, foi de R\$ 715,2 mil no encerramento do exercício, um aumento de 54%, comparado ao ano anterior.

Contratação de Seguro para o risco excedente de morte e invalidez

Desde abril de 2017 a PREVIRB contrata junto ao mercado segurador apólice para cobertu-

ra do risco excedente de morte e invalidez do Plano B.

Em 31/12/2019, o total de benefícios futuros para o risco de invalidez representa o montante de R\$ 8,84 milhões, que seriam constituídas na data da ocorrência do evento invalidez, para o grupo de participantes ativos, já o Fundo de Cobertura do Risco de Invalidez conta com o saldo de R\$ 11,22 milhões, superior aos compromissos do Plano com este risco.

No caso do benefício de Aposentadoria por Invalidez, a PREVIRB é responsável pela constituição das RMBC do valor correspondente a 70% do limite do Salário de Participação de R\$ 18.509,61. Lembrando que o valor do limite é atualizado anualmente em janeiro pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses, e o restante do valor da Invalidez é coberto pela apólice de seguro contratada. No caso

da invalidez do Participante, a seguradora re-passará à PREVIRB o valor correspondente a Reserva Matemática excedente ao limite do Salário de Participação, correspondente, em média, a 43% da Reserva Matemática total em dezembro de 2019, permanecendo a gestão e responsabilidade pelo pagamento do benefício mensal a cargo da PREVIRB.

Com relação ao benefício de Pecúlio por Morte, a PREVIRB também contrata seguro para o risco excedente da parcela do Salário de Participação superior ao limite previsto no Regulamento, sendo a PREVIRB responsável pelo pagamento do benefício até o valor de R\$ 370.192,20, que corresponde a 20 vezes o Salário de Participação de R\$ 18.509,61 (valor do limite em dezembro de 2019). O restante do valor do Pecúlio é coberto pela apólice contratada, correspondente, em média, a 42% da Reserva Matemática total em dezembro de 2019.



Adesão ao seguro

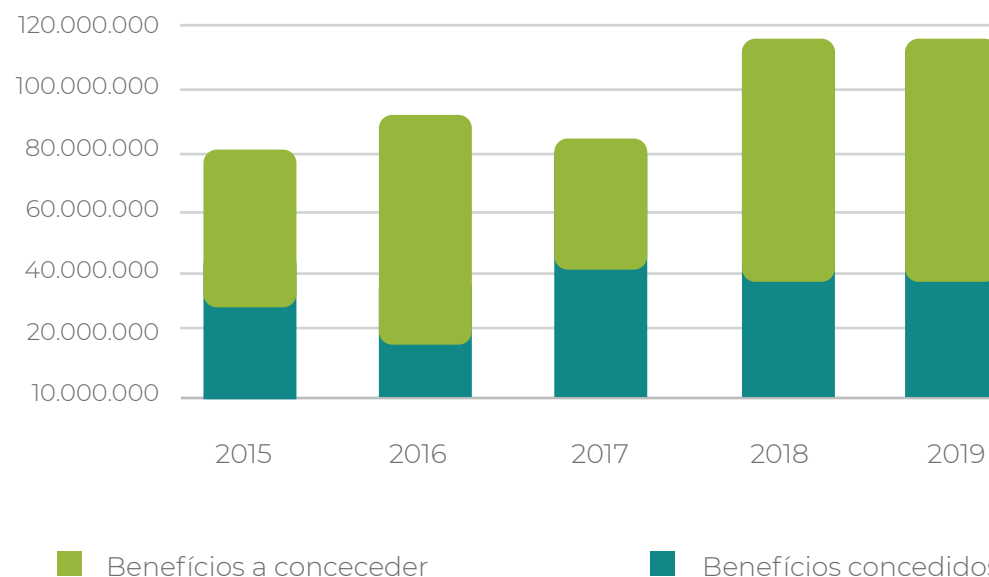
Para os Participantes Ativos a adesão é automática e os prêmios correspondentes são custeados exclusivamente pelos Patrocinadores do Plano B. Aos demais Participantes (Autopatrocinaados e Assistidos), a adesão é facultativa, desde que seja aceito pelas normas do seguro contratado; e o Participante tem a responsabilidade do custeio integral dos prêmios da seguradora correspondentes.

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática global aumentou R\$ 36,93 milhões (31,19%) em 2019, atingindo o montante de R\$ 155,3 milhões, com destaque para a Reserva de Benefícios a Conceder, que refletiu, no período, além do retorno de investimentos, o aumento de contribuições para o benefício de renda mensal vitalícia.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos 5 anos:

PLANO PREVIDENCIAL B

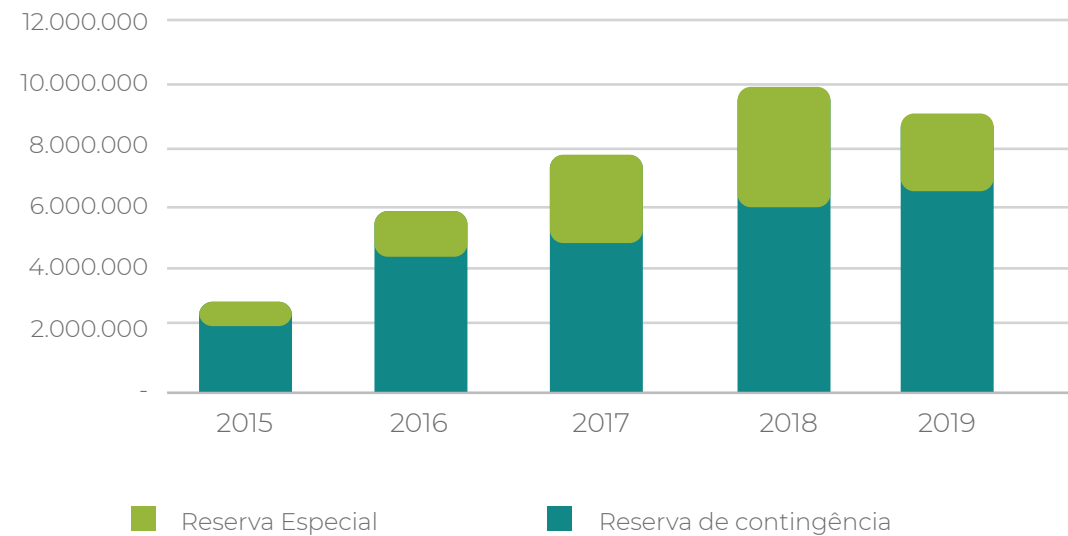


Reservas de Contingência e Especial

Ao final do exercício, a duration do Passivo, calculada pelo Atuário responsável, foi de 15,05 anos. Com isso, o resultado superavitário a ser destinado à constituição da Reserva de Contingência passou a ser de 25,00%, percentual máximo a ser aplicado na Reserva de Benefício Definido.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano B possui patrimônio de R\$ 207,8 milhões. Na confrontação das Provisões Matemáticas de R\$ 155,3 milhões, com o Patrimônio de Cobertura do Plano de R\$ 164,9 milhões verifica-se um superávit técnico de R\$ 9,6 milhões, sendo R\$ 7,3 milhões alocados na Reserva de Contingência e R\$ 2,3 milhões na Reserva Especial para Revisão de Plano. Este ano foi constituído o Fundo para Revisão do Plano, no valor de R\$ 993,5 milhões, equivalente ao valor da Reserva Especial de 2016.

PLANO PREVIDENCIAL B



Taxa de Adesão

A adesão ao Plano Previdencial B é opcional e pode ser feita a qualquer momento enquanto houver vínculo empregatício com um dos Patrocinadores do Plano Previdencial B. A taxa de adesão ao Plano no final do exercício de 2019 foi de 90,46% do total de empregados dos Patrocinadores deste Plano.

2015	79,09%
2016	81,16%
2017	88,19%
2018	90,08%
2019	90,46%



Carteira de empréstimos

Tendo passado cinco anos da última grande revisão do Regulamento de Empréstimos a Participantes, com ajustes pontuais ocorridos em 2015 e 2016, a PREVIRB aprovou novas regras para empréstimos em ambos os Planos.

Além da modalidade presencial, foi aprovada a opção de concessão na modalidade on-line e, para isso, a Fundação está preparando seus sistemas para implantação em breve. Foram também aprovados mais duas faixas de prazo, com a abertura do prazo de 6 meses e de 48 meses. No Plano B foi aumentado o valor limite de empréstimo para R\$ 100 mil.

As taxas de juros foram revistas, com diminuição de taxas em alguns prazos, e, com isso a PREVIRB continua oferecendo as menores taxas do mercado. A partir da alteração de 2019 as taxas aplicadas foram as seguintes:

TAXAS DE JUROS MENSAIS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS DA PREVIRB		
EMPRÉSTIMO	PLANO A	PLANO B
6 MESES	0,78% a.m.	0,61% a.m.
13 MESES	INPC + 0,45% a.m.	CDI + 0,08% a.m.
18 MESES	INPC + 0,50% a.m.	CDI + 0,10% a.m.
24 MESES	INPC + 0,60% a.m.	CDI + 0,30% a.m.
36 MESES	INPC + 0,75% a.m.	CDI + 0,50% a.m.
48 MESES	INPC + 1,00% a.m.	CDI + 0,75% a.m.



Plano Previdencial A

Em 2019 foram fechados 63 novos contratos e 173 renovações. A carteira totalizou R\$ 6.284.992,32, em 31/12/2019, uma variação positiva de 7,19% em relação a dezembro de 2018. Em 2019, registraram-se três óbitos de assistidos com empréstimos vigentes, cujos contratos possuíam saldo devedor de, ao todo, R\$ 36.920,68, valor que foi indenizado pelo Fundo Garantidor de Empréstimos.

Plano Previdencial B

Em 2019 foram fechados 38 novos contratos e 36 renovações. A carteira totalizou R\$ 1.172.552,85 em 31/12/2019, uma variação

positiva de 99,50% em relação a dezembro de 2018. Os casos de óbito no Plano B são cobertos pelo seguro prestamista, contratado junto a empresa seguradora. Como o saldo do Fundo Garantidor de Empréstimo do Plano B conta com somente R\$ 67.258,39, e o valor máximo permitido é de R\$ 100 mil, o saldo não seria suficiente para pagar eventuais sinistros em série. Por isso, reafirmamos que a contratação dessa apólice de seguro comprova ser um excelente instrumento de controle de riscos de perdas da carteira.

A contratação de empréstimos no Plano B está sujeita à apresentação de Declaração Pessoal de Saúde - DPS à seguradora. Desde a implantação do seguro prestamista, em julho de 2014, somente uma solicitação de empréstimo foi negada.



PREVIRB
PLANO PREVIDENCIAL B
CNPB 2003.0019-56
Parecer Atuarial 15/2020
Fevereiro/2020

1.0 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Previdencial B**, patrocinado pelo **IRB – Brasil Resseguros S.A.**, pela **PREVIRB - Fundação de Previdência dos Servidores do IRB, IRB Asset Management S.A. e IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.**, administrado e executado pela **PREVIRB – Fundação de Previdência dos Servidores do IRB**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como a apuração do custo dos benefícios assegurados pelo

Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **Plano B** está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2003.0019-56.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2019, na **Data Base de 31/12/2019**, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada pela Portaria Previc nº 202, de 13/03/2018, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e As-

sistidos, levantados e informados pela Entidade, em 31/10/2019, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade, considerando a data de 31/12/2019.

Observa-se, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no **Plano Previdencial B**, sendo este denominado de **“Plano Previdencial B”** exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **PREVIRB** não ter informado nenhum fato relevante em relação ao **Plano B**, em conformidade com a correspondência **Mercer 85 - CT 234/19** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2019 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano B, conforme estabelece o Artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer,



em relação aos planos administrados pela Entidade.

2.0 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO PREVIDENCIAL B

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo **Plano B** são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Funeral, Pecúlio por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo os benefícios de Auxílio-Funeral e Pecúlio por Morte avaliados sob o Regime de Repartição Simples, os benefícios de Pensão por Morte e de Renda Temporária de Auxílio Doença sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e Aposentadoria por Invalidez avaliada pelo Regime de Capitalização e pelo método de fi-

nanciamento Misto.

O benefício programado, qual seja, Renda Mensal Vitalícia, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2019**, foi de **23,169%**, líquido de carregamento administrativo, referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **5,769%** relativos ao custo dos benefícios de risco e **17,400%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2018, houve um decréscimo de **0,695 pontos percentuais** no custo total do Plano, o qual registrou a alíquota de **23,864%**, líquida de carregamento administrativo, sendo **6,004% (diminuição de 0,235 pontos percentuais)** relativos ao custo dos benefícios de risco e **17,860% (diminuição de 0,460 pontos percentuais)** aos

benefícios programados em **31/12/2018**.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Plano B**, disponibilizadas pela **PREVIRB**, foram determinadas atuarialmente em **31/12/2019** e montavam **R\$29.223.654,00**, sendo **R\$22.880.808,00** referentes aos benefícios programados e **R\$6.342.846,00** referentes aos benefícios não programados.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** posicionadas em **31/12/2019** montavam **R\$126.082.198,73**, sendo a totalidade referente aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

¹Método de financiamento Agregado para o benefício concedido na Modalidade Benefício Definido e Capitalização Individual para benefício pago baseado no saldo de conta individual acumulado.



Em 31/12/2019 o Plano não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir – PMBaC**. Desta forma, o total das **Provisões Matemáticas** montava, em **31/12/2019, R\$155.305.852,73**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2018, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi **positiva em 31,19%**, tendo sido registrado o montante de **R\$118.380.456,52** em **31/12/2018**. O crescimento deveu-se, em especial, ao aporte de novas contribuições pelos Participantes e Patrocinadoras, elevando os saldos de conta dos Participantes e, conseqüentemente, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder do Plano, que superou o montante de concessões de benefício. Adicionalmente, a elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se principalmente pela atualização dos benefícios e novas concessões ocorridas no período.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano B**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2019 do Plano foram indicadas pela **PREVIRB**, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atu-

ariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório Mercer 85 - RE 70/19**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela **PREVIRB** foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados sufi-



cientes para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019, o **Plano B** tem constituído os fundos de **Oscilação de Riscos de Invalidez**, de **Cobertura dos Riscos de Morte** e de **Cobertura para Auxílio Doença**.

O **Fundo para Oscilação de Riscos de Invalidez** tem por finalidade exclusiva suprir as insu-

ficiências financeiras no custeio das despesas com pagamentos de benefícios de invalidez e constituição das respectivas reservas matemáticas de benefícios concedidos ao longo da vida do plano, conforme previsto na Nota Técnica do Plano. São creditados, ao valor do saldo inicial do Fundo, mensalmente, o saldo das contribuições líquidas auferidas de invalidez, os valores de devolução e de reversão previstos no regulamento do plano, para o caso de participante que entra em gozo do benefício de invalidez e a parcela de rendimento/perda do fundo. Ainda, é debitado o valor que corresponder ao aumento da reserva matemática de invalidez devido a reajustes específicos de salários e promoções ocorridas nos salários dos ativos que possuem cobertura de invalidez pelo Plano. Em 31/12/2019, referido Fundo montava **R\$11.224.530,88**.

O **Fundo para Cobertura dos Riscos de Morte** é constituído através das contribuições para os benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição

dos benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral, insuficiência esta, avaliada em relação ao conjunto desses benefícios. Em 31/12/2019, o referido Fundo montava **R\$30.015.380,15**.

O **Fundo para Cobertura para Auxílio Doença** é constituído pelas contribuições para o benefício de Renda Temporária de Auxílio Doença. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição deste benefício. Em 31/12/2019, o referido Fundo montava **R\$715.174,21**.

O **Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial de 2016** foi constituído nesta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019 em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2016 mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018. Em 31/12/2019, o referido Fundo montava R\$ 993.479,32, sendo R\$ 544.778,74 para Participantes e Assistidos e R\$ 448.700,58 para patrocinadores, conforme proporção contributiva. A utilização do referido



fundo será realizada na forma da legislação vigente conforme vier a ser definido pelo Conselho Deliberativo.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$155.305.852,73**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31/12/2019**, no montante de **R\$164.888.440,98**, verifica-se que o **Plano B** apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$9.582.588,25**.

O superávit do Plano passou de **R\$10.276.025,16** em, 31/12/2018, para **R\$9.582.588,25**, em **31/12/2019**, representando uma diminuição de **6,75%**, ou **(R\$693.436,91)**. Esta variação deveu-se, primordialmente, ao fato da diminuição da taxa de juros, alteração do fator de capacidade e pela destinação da reserva especial de 2016, atenuado pela superação da meta atuarial.

No período compreendido entre janeiro/19 e

dezembro/19, a meta atuarial do Plano foi de 9,06%, composta pelo INPC de 4,48% mais taxa de juros de 4,38%, enquanto a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 12,44%, conforme informação repassada pela **PREVIRB**, representando um ganho atuarial de 3,10%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pela **PREVIRB** montava **R\$8.973.849,03** positivo, em 31 de dezembro de 2019, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário** de **R\$18.556.437,28**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2019, observa-se que o **Plano B** apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

Do superávit apurado em 31/12/2019, o montante de **R\$7.305.913,50** foi alocado em **Reserva de Contingência**, e **R\$2.276.674,75** em **Reserva Especial para Revisão de Plano** em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, visto que o mesmo representa 32,79% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturadas na modalidade de benefício definido, e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2019 de 15,05 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 25,00%. Considerando que a destinação da reserva especial realizada nesta avaliação atuarial refere-se ao montante constituído no exercício de 2016, observa-se que



o Plano apresenta reserva especial constituída e mantida por três exercícios consecutivos no fechamento de 2019, devendo ser objeto de destinação obrigatório até o final do exercício de 2020.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2019, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado pelos métodos de Sistema Misto para o benefício de aposentadoria por invalidez e Capitalização Financeira para o benefício de renda mensal vitalícia, o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Funeral e Pecúlio por Morte e o Regime de

Repartição de Capitais de Cobertura para o benefício de Pensão por Morte e Renda Temporária de Auxílio Doença.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme Art. 6º da Resolução CNPC nº 30/20018.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2019, verifica-se que o patrimônio do Plano encontra-se integralizado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela **PREVIRB**, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, e suas alterações posteriores;

3) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$46.831.345,56**, sendo **R\$42.948.564,56**

referentes a **Fundos Previdenciais, R\$3.815.522,61** a **Fundo Administrativo** e **R\$67.258,39** a **Fundo dos Investimentos**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procederam-se às seguintes alterações:

i. Taxa de juros real: de **4,38% a.a.** para **4,10% a.a.**;

ii. Rotatividade: de **3,00% a.a.** para **5,00% a.a.**;

iii. Fator de Capacidade: de **0,98** para **0,99**;

iv. Crescimento Salarial: de **1,00% a.a.** para **2,00% a.a.**

3.0 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2020, a vigor a partir de **1º de abril de 2020**, terá a seguinte configuração, a ser submetido ao Conselho Deliberativo:



AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019

PLANO DE CUSTEIO

CONTRIBUIÇÃO		ALÍQUOTA (%)	
		AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019*
PARTICIPANTES	NORMAL	3,00% a 16,00%	3,00% a 16,00%
	DE RISCO	3,002%	2,885%
PATROCINADOR	NORMAL	Paritária à Contribuição dos Participantes	Paritária à Contribuição dos Participantes
	DE RISCO		
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS		Idêntica à dos Participantes Ativos adicionada daquele percentual referente à contribuição do Patrocinador	Idêntica à dos Participantes Ativos adicionada daquele percentual referente à contribuição do Patrocinador
ASSISTIDOS		3,010% sobre o Benefício no caso de Pensão por Morte; 1,200% sobre o Benefício de Pecúlio; 0,060% sobre o Benefício de Auxílio Funeral.	2,550% sobre o Benefício no caso de Pensão por Morte; 1,470% sobre o Benefício de Pecúlio; 0,050% sobre o Benefício de Auxílio Funeral.

* As alíquotas apresentadas estão com carregamento de 0,00% relativamente às Despesas Administrativas, alíquota a ser definida pela PREVIRB.

4.0 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação Econômico-Atuarial do **Plano B**, em **31/12/2019**, é **Superavitária** em **R\$9.582.588,25**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que desse valor, o montante de **R\$7.305.913,50** foi alocado em **Reserva de**

Contingência e de **R\$2.276.674,75** em

Reserva Especial para Revisão do Plano.

Considerando que a destinação da reserva especial realizada nesta avaliação atuarial refere-se ao montante constituído no exercício de 2016, observa-se que o Plano apresenta reserva especial constituída e mantida por três exercícios consecutivos no fechamento de 2019, de-

vendo ser objeto de destinação obrigatório até o final do exercício de 2020.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA
Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR





ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Durante o exercício de 2019, a PREVIRB buscou aprimorar seu processo de gestão, mantendo sua estrutura atualizada e

preparada para atender plenamente suas necessidades operacionais. Encerrou o exercício mantendo em seu quadro 19 empregados,

distribuídos nas Gerências de Infraestrutura, de Controladoria e Contabilidade, de Segurança e Atuária e de Investimentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O Conselho Deliberativo é responsável pela fixação dos critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos. Para 2019 o limite máximo aprovado para o índice composto

entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de 0,39%. A Fundação encerrou o ano mantendo o índice de 0,33%, mesmo patamar do ano anterior. Dos R\$ 9,099 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 8,571 milhões, gerando uma redução de 5,80%, demonstrando a

manutenção do nível geral de despesas em patamares compatíveis com a operação.

A seguir apresentamos tabela com a evolução comparativa entre o total das despesas administrativas e os recursos garantidores nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2015	2016	2017	2018	2019
Despesas Administrativas (A)	7.359.903	7.341.923	7.702.249	7.980.115	8.571.776
Recursos Garantidores (B)	1.862.189.726	2.031.339.344	2.171.259.905	2.411.244.006	2.624.368.606
RELAÇÃO % (A / B)	0,40%	0,36%	0,35%	0,33%	0,33%

(em R\$)



FONTES DE CUSTEIO

Está vigente o seguinte plano de custeio administrativo: (i) taxa de carregamento nula para os Planos A e B; (ii) custeio administrativo dos investimentos para as despesas de investimentos; e (iii) resultado positivo dos investimentos, no qual se aloca nesse grupo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA.

CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2018	2019
Taxa de carregamento	0	0
Custeio administrativo dos investimentos	R\$ 4.305.425,66	R\$ 4.501.463,62
Resultado positivo dos investimentos	R\$ 2.605.336,31	R\$ 2.477.850,64
Outras receitas	R\$ 103.128,74	R\$ 99.537,88
Receitas	R\$ 7.013.890,71	R\$ 7.078.852,14



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos), deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

A demonstração do PGA, a seguir, destaca a relação entre as receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

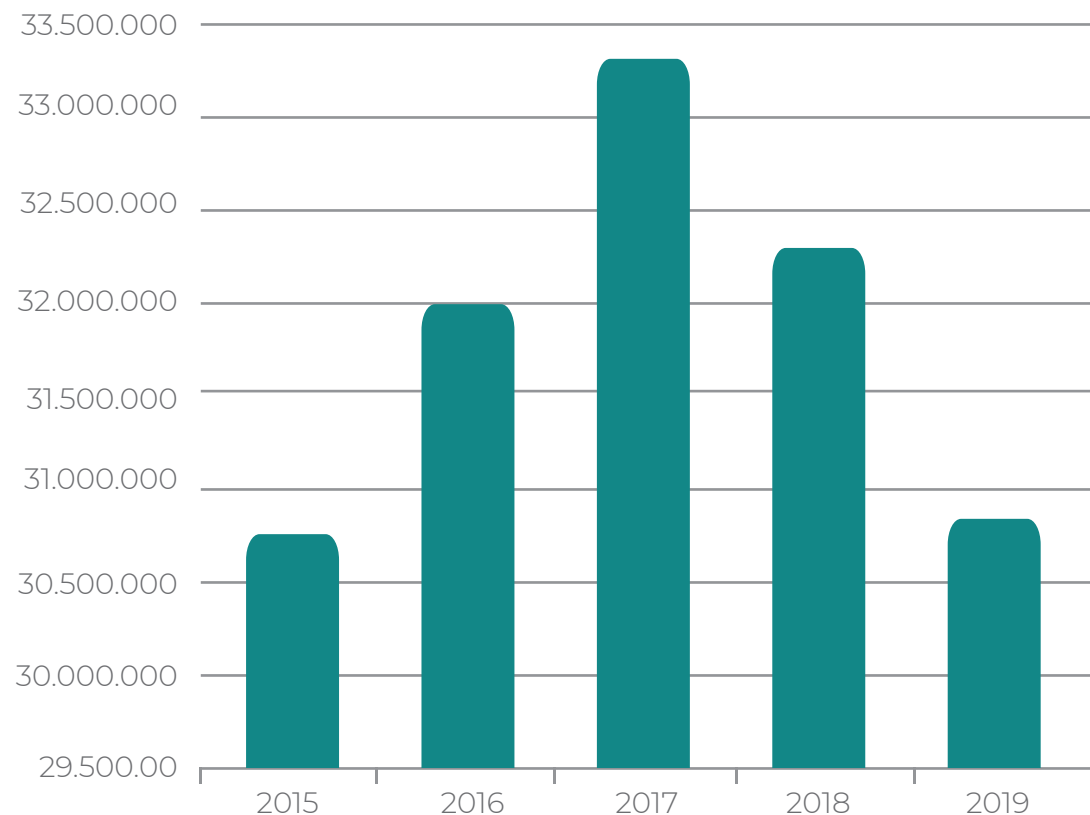
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2018	2019
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	33.429.561,42	32.446.454,52
1. Receitas Administrativas	7.013.890,71	7.078.852,14
2. Despesas Administrativas	-7.980.115,31	-8.571.775,59
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-16.882,30	-11.034,77
4. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-
5. Sobra da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	-983.106,90	-1.503.958,22
6. Constituição do Fundo Administrativo (4)	-983.106,90	-1.503.958,22
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	32.446.454,52	30.942.496,30



EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

○ Fundo Administrativo tem um volume ainda significativo e é utilizado para atender as sobrecargas administrativas quando não forem suficientes as receitas administrativas. No período entre 2015 e 2017 o volume de recursos evoluiu positivamente. A partir de 2018, a trajetória é decrescente, atingindo uma redução de 4,6% em 2019. Muito embora a gestão ativa de fluxo de caixa, boa rentabilidade alcançada com a aplicação dos investimentos e recente reversão parcial de contingências judiciais tenham contribuído positivamente, o fundo ainda continua sem a cobrança de taxa de carregamento/administrativa, significando dizer que esse movimento já era esperado.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO		NOTA	2019	2018	PASSIVO		NOTA	2019	2018
DISPONÍVEL		4	185	181	EXIGÍVEL OPERACIONAL		7	3.355	3.619
					Gestão Previdencial			2.670	2.889
					Gestão Administrativa			675	729
					Investimentos			10	1
REALIZÁVEL			2.685.554	2.474.809	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		8	36.417	40.058
Gestão Previdencial		5.1	953	902	Gestão Previdencial			7.465	10.161
Gestão Administrativa		5.2	3.292	3.497	Gestão Administrativa			3.593	3.606
Investimentos		6	2.681.309	2.470.410	Investimentos			25.359	26.291
Títulos Públicos			219.473	1.641.687	PATRIMÔNIO SOCIAL			2.646.129	2.431.542
Créditos Privados e Depósitos			254.165	320.582	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO			2.568.784	2.361.471
Ações			424.981	218.414	Provisões Matemáticas		10	1.745.848	1.648.981
Fundos de Investimento			1.692.014	198.559					
Investimentos Imobiliários			83.218	84.718					

Continua na página seguinte



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação da página anterior

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO							
ATIVO	NOTA	2019	2018	PASSIVO	NOTA	2019	2018
Empréstimos		7.458	6.450	Benefícios Concedidos		1.748.715	1.695.152
				Benefícios a Conceder		135.557	105.204
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(138.424)	(151.375)
				Equilíbrio Técnico	13	822.937	712.490
				Resultados Realizados		822.937	712.490
				Superávit Técnico Acumulado		822.937	712.490
PERMANENTE		161	229	FUNDOS	11	77.344	70.071
Imobilizado		152	208	Fundos Previdenciais		42.949	34.619
Diferido		9	21	Fundos Administrativos		30.942	32.446
				Fundos dos Investimentos		3.453	3.006
TOTAL DO ATIVO		2.685.901	2.475.219	TOTAL DO PASSIVO		2.685.901	2.475.219



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.431.542	2.194.887	10,78
1. Adições	346.564	367.383	(5,67)
Contribuições Previdenciais	28.798	22.951	25,48
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	307.556	336.993	(8,74)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.684	-	-
Receitas Administrativas	4.601	4.409	4,35
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.478	2.605	(4,88)
Constituição de Fundos de Investimentos	447	425	5,06
2. Destinações	(131.977)	(130.728)	0,96
Benefícios	(123.394)	(121.550)	1,52
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.181)	(100,00)
Despesas Administrativas	(8.572)	(7.980)	7,42
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(11)	(17)	(35,09)
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	214.587	236.655	(9,33)
Provisões Matemáticas	96.867	(11.139)	(969,61)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	111.440	241.184	(53,79)
Fundos Previdenciais	7.337	7.168	2,35
Fundos Administrativos	(1.504)	(983)	53,00
Fundos dos Investimentos	447	425	5,06
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.646.129	2.431.542	8,83



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.232.815	2.031.820	9,89
1. Adições	288.620	316.638	(8,85)
Contribuições	46	59	(22,78)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	285.890	316.579	(9,69)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.684	-	-
2. Destinações	(117.539)	(115.643)	1,64
Benefícios	(117.539)	(114.463)	2,69
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.180)	(100,00)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	171.081	200.995	(14,88)
Provisões Matemáticas	59.941	(37.611)	59,37
Superávit Técnico do Exercício	111.140	238.605	(53,42)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.403.896	2.232.815	7,66
C) Fundos Não Previdenciais	30.513	31.626	(3,52)
Fundo Administrativo	27.127	28.667	(5,37)
Fundo dos Investimentos	3.386	2.959	14,42



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	163.275	127.056	28,51
1. Adições	50.419	43.305	16,43
Contribuições	28.753	22.891	25,61
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.666	20.414	6,13
2. Destinações	(5.856)	(7.086)	(17,36)
Benefícios	(5.856)	(7.086)	(17,36)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	44.563	36.219	23,04
Provisões Matemáticas	36.926	26.472	39,49
Fundo Previdencial	7.337	7.168	2,36
Superávit Técnico do Exercício	300	2.579	(88,37)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	207.838	163.275	27,29
C) Fundos Não Previdenciais	3.882	3.827	1,46
Fundo Administrativo	3.815	3.779	0,97
Fundo dos Investimentos	67	48	40,12



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos	2.469.803	2.303.634	7,21
Disponível	61	52	17,28
Recebível	28.031	29.502	(4,99)
Investimentos	2.441.711	2.274.080	7,37
Títulos Públicos	163.270	1.545.597	(89,44)
Créditos Privados e Depósitos	202.966	266.803	(23,93)
Ações	391.310	200.804	94,87
Fundos de Investimento	1.594.662	170.295	836,41
Investimentos Imobiliários	83.218	84.718	(1,77)
Empréstimos	6.285	5.863	7,20
2. Obrigações	35.394	39.193	(9,69)
Operacional	2.570	2.742	(6,28)

Continua na página seguinte



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação da página anterior

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Contingencial	32.824	36.451	(9,95)
3. Fundos não Previdenciais	30.513	31.626	(3,52)
Fundo Administrativo	27.127	28.667	(5,37)
Fundo dos Investimentos	3.386	2.959	14,42
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.403.896	2.232.815	7,66
Provisões Matemáticas	1.590.542	1.530.601	3,92
Superávit/Déficit Técnico	813.354	702.214	15,83
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	813.354	702.214	15,83
b) (+/-) Ajuste de Precificação	169.670	145.616	16,52
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	983.024	847.830	15,95



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos	211.830	167.249	26,66
Disponível	47	95	(50,02)
Recebível	3.865	3.846	0,50
Investimento	207.918	163.308	27,32
Títulos Públicos	36.740	81.863	(55,12)
Créditos Privados e Depósitos	41.808	38.574	8,38
Ações	33.671	17.609	91,21
Fundos de Investimento	94.526	24.674	283,10
Empréstimos	1.173	588	99,41
2. Obrigações	110	147	(24,91)
Operacional	110	147	(24,91)

Continua na página seguinte



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação da página anterior

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
3. Fundos não Previdenciais	3.882	3.827	1,46
Fundo Administrativo	3.815	3.779	0,97
Fundo dos Investimentos	67	48	40,12
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	207.838	163.275	27,29
Provisões Matemáticas	155.306	118.380	31,19
Superávit/Déficit Técnico	9.583	10.276	(6,75)
Fundo Previdencial	42.949	34.619	24,06
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	9.583	10.276	(6,75)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.974	7.834	14,55
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	18.557	18.110	2,47



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	32.446	33.429	(2,94)
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.079	7.013	0,94
1.1. Receitas	7.079	7.013	0,94
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.487	4.305	4,23
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	15	0	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.478	2.605	(4,88)
Outras Receitas	99	103	(3,88)
2. Despesas Administrativas	8.572	7.980	7,42
2.1. Administração Previdencial	4.071	3.675	10,78
Pessoal e Encargos	2.575	2.426	6,14
Treinamentos/Congressos e Seminários	88	69	27,54
Viagens e Estadias	2	1	100,00
Serviços de Terceiros	638	559	14,13
Despesas Gerais	720	570	26,32
Depreciações e Amortizações	30	19	57,89

Continua na página seguinte



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuação da página anterior

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Tributos	18	31	(41,94)
2.2. Administração dos Investimentos	4.501	4.305	4,55
Pessoal e Encargos	2.741	2.824	(2,94)
Treinamentos/Congressos e Seminários	20	60	(66,67)
Viagens e Estadias	2	1	100,00
Serviços de Terceiros	770	691	11,43
Despesas Gerais	620	384	61,46
Depreciações e Amortizações	37	38	(2,63)
Tributos	311	307	1,30
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	11	16	(31,25)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.504)	(983)	53,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.504)	(983)	53,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	30.942	32.446	(4,64)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.442.676	2.274.967	7,37
1. Provisões Matemáticas	1.590.542	1.530.601	3,92
1.1. Benefícios Concedidos	1.719.491	1.669.269	3,01
Benefício Definido	1.719.491	1.669.269	3,01
1.2. Benefícios a Conceder	9.475	12.707	(25,44)
Benefício Definido	9.475	12.707	(25,44)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(138.424)	(151.375)	(8,56)
(-) Serviço passado	(138.424)	(151.375)	(8,56)
(-) Patrocinador(es)	(138.424)	(151.375)	(8,56)
2. Equilíbrio Técnico	813.354	702.214	15,83
2.1. Resultados Realizados	813.354	702.214	15,83
Superávit Técnico Acumulado	813.354	702.214	15,83

Continua na página seguinte



continuação da página anterior

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO PREVIDENCIAL A			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Reserva de Contingência	316.836	305.814	3,60
Reserva Para Revisão do Plano	496.518	396.400	25,26
3. Fundos	3.386	2.959	14,42
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.386	2.959	14,42
4. Exigível Operacional	2.570	2.742	(6,28)
4.1. Gestão Previdencial	2.564	2.741	(6,46)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	1	484,12
5. Exigível Contingencial	32.824	36.451	(9,95)
5.1. Gestão Previdencial	7.465	10.160	(26,53)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	25.359	26.291	(3,55)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(R\$ MIL)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO PREVIDENCIAL B			
DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	208.015	163.470	27,25
1. Provisões Matemáticas	155.306	118.380	31,19
1.1. Benefícios Concedidos	29.224	25.883	12,91
Benefício Definido	29.224	25.883	12,91
1.2. Benefícios a Conceder	126.082	92.497	36,31
Contribuição Definida	126.082	92.497	36,31
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	60.790	44.325	37,15
Saldo de Contas - Parcela Participantes Benefício Definido	65.292	48.172	35,54
2. Equilíbrio Técnico	9.583	10.276	(6,75)
2.1. Resultados Realizados	9.583	10.276	(6,75)
Superávit Técnico Acumulado	9.583	10.276	(6,75)
Reserva de Contingência	7.306	6.471	12,90
Reserva Para Revisão do Plano	2.277	3.805	(40,17)
3. Fundos	43.016	34.667	24,08
3.1. Fundos Previdenciais	42.949	34.619	24,06
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	67	48	40,12
4. Exigível Operacional	110	147	(24,91)
4.1. Gestão Previdencial	106	147	(27,97)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4	-	-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

1.0 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, que obedece às normas emanadas pela Secretaria de Previdência, ligado ao Ministério da Economia, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Constituída em 14 de novembro de 1977 e registrada em 7 de dezembro do mesmo ano, como pessoa jurídica de direito privado, tem por objetivo complementar/suplementar a aposentadoria dos funcionários de seus patrocinadores, IRB-Brasil Resseguros S.A., IRB Asset Managent S.A., IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e PREVIRB, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão

a seus beneficiários, conforme previsto nos regulamentos previdenciários.

Os recursos financeiros de que a Fundação dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores, de seus participantes e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos, observados os dispositivos da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e posteriores atualizações.

A entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos.

A Fundação administra os seguintes Planos de Benefícios de natureza previdenciária: Plano Previdencial A – CNPB nº 1977.0001-18, modalidade de Benefício Definido e Plano Previdencial B – CNPB nº 2003.0019-56 na modalidade de Contribuição Variável, os quais mantém em 31 de dezembro de 2019 os seguintes quadros de participantes.

PLANO PREVIDENCIAL A		
Categoria	2019	2018
Ativos	-	1
Remido com risco	1	1
Saldados	6	6
Saldados Extraordinários	1	1
Assistidos	1.197	1.221
Beneficiários	296	316
Total	1.501	1.546

PLANO PREVIDENCIAL B		
Categoria	2019	2018
Ativos	378	377
Autopatrocinaados	133	137
Benefício Proporcional Diferido	42	47
Assistidos	75	69
Beneficiários	5	5
Total	633	635



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Registra-se que existe um grupo de participantes no Plano Previdencial A, com custeio dos benefícios previsto no Regulamento, sob a responsabilidade do Patrocinador IRB-Brasil Resseguros S/A., denominado Grupo “Pré-68”. Tal grupo era composto, em 31 de dezembro de 2019, de 49 (55 em 2018) assistidos e pensionistas de responsabilidade exclusiva do IRB-Brasil Resseguros S./A. e 158 (166 em 2018) assistidos cuja complementação ou suplementação de aposentadoria era de responsabilidade do IRB-Brasil Resseguros S.A. e a melhoria de complementação de aposentadoria de responsabilidade da PREVIRB.

Além dos planos de benefícios, a PREVIRB também possui um Plano de Gestão Administrativa - PGA, onde são registrados as atividades referentes à gestão administrativa da PREVIRB.

2.0 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a

entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, 13 de abril de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações e estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2018.

A contabilidade da PREVIRB é estruturada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, conforme abaixo:

GESTÃO PREVIDENCIAL: Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, os institutos do Resgate, do Autopatrocínio e do Benefício Proporcional Diferido, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

GESTÃO ADMINISTRATIVA: Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios (receitas e despesas administrativas).

FLUXO DOS INVESTIMENTOS: Registro e controle referente à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

De acordo com as normas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente:

2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PREVIRB.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

2.2 Demonstrativo da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modifica es sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3 Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.4 Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL)

Tem como finalidade demonstrar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as altera es do fundo administrativo ao final de cada exercício.

2.6 Demonstrac o das Provisões Técnicas (DPT)

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as altera es do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Mostra os valores das obriga es presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

Os demonstrativos contábeis, as informa es e os quadros das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico no qual a PREVIRB opera. As demonstra es contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R\$).

A emissão destas Demonstra es Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27

de març o de 2020.

3.0 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

3.1 – Gestão de Riscos

A PREVIRB entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque   Resolução CMN n  4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CMN n  4.695, de 27 de novembro de 2018, e a Resolução CGPC n  13, de 01 de outubro de 2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das varia es de preç os negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obriga es assumidas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não formação de reserva adequada em função da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

3.2 – Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, além das eventuais contribuições em atraso.

3.3 – Gestão Administrativa

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios

no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.

b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.

c) As despesas administrativas comuns serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela.

d) As despesas administrativas específicas de

cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

3.4 – Investimentos

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios e PGA estão em convergência com as respectivas Políticas de Investimentos desses Planos, elaboradas sob os preceitos legais, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores.

Os critérios adotados para mensuração do valor justo são de responsabilidade dos Administradores da Carteira Própria e Carteira Terceirizada, e estão consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46, aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração;
- Informações de Nível 2 – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

3.4.1 – Títulos Públicos e Privados

São operações com rendas definidas, pré ou pós-fixadas lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados, emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pró-rata temporis, até a data do balanço e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- (i) Títulos para negociação – Aqueles com propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer, são avaliados ao valor provável de realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – Aque-

les com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo amortizado de forma proporcional, pró rata die, até o vencimento.

3.4.2 – Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso haja preço cotado em mercado ativo.

3.4.3 - Ações

Os ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido de despe-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

sas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo precificada pelo valor de mercado determinado pela cotação de fechamento das ações, no pregão da B3 do último dia útil do exercício. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de ações como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas, admitindo-se a compensação.

As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

3.4.4 - Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

cente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados em até três anos, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com a norma específica da PREVIC.

A participação em shopping center apresenta-se ao custo de aquisição e é amortizada à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

3.4.5 - Operações com participantes

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço. Condições:

Plano	Indexador	Nº Prestações	Taxas A. M.
A	-	6	0,78%
	INPC	13	0,45%
		18	0,50%
		24	0,60%
		36	0,75%
48	1,00%		
B	-	6	0,61%
	DI-CETIP	13	0,08%
		18	0,10%
		24	0,30%
		36	0,50%
48	0,75%		

No ato da concessão é cobrado sobre o valor bruto os seguintes encargos:

- Seguro Prestamista, sendo um percentual definido por empresa seguradora contratada e incidente sobre saldo devedor mensal do empréstimo para garantir a quitação em caso de falecimento do MUTUÁRIO, vinculado ao Plano Previdencial B;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

- Taxa de Garantia de Empréstimo – TGE, percentual definido com base em estudos atuariais, aprovado pelo Conselho Deliberativo e divulgado nas “Condições de Concessão de Empréstimo”, utilizado para constituir fundo garantidor destinado a quitar as prestações vincendas a partir do mês seguinte ao do falecimento do MUTUÁRIO, definido para cada Plano, com base na evolução do Fundo de Garantia de Empréstimo;
- Taxa de Administração: destinada a cobrir as despesas com administração e operação das carteiras de empréstimos;
- Tributos incidentes sobre as operações desta natureza, conforme definido na legislação pertinente, para ambos os Planos.

3.5 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

As provisões são constituídas em consideração aos riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos aferidos e de recebíveis, median-

te critérios estabelecidos no item 11 do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e artigos 19 e 20, da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

3.6 – Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais são constituídos para atendimento de objetivos diversos quais sejam: custas como perícias, diligências e emolumentos, depósitos judiciais de garantia, por exemplo, garantia do juízo para execução ou demandas tributárias, depósito judicial de condenação para pagamento da determinação judicial terminativa com encerramento e depósito judicial recursal que são os pagamentos de garantia para interposição de recurso.

3.7 - Permanente

Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão registrados pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações ou amortizações acumuladas calculadas pelo

método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, às seguintes alíquotas:

Bens	A.A.
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido. Os gastos relacionados à geração de resultados futuros, caso ocorram, serão registrados no Intangível.

3.8 – Exigível Operacional

Registro de obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, salários e encargos de empregados da PREVIRB, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, operações com participantes e investimentos imobiliários.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

A Entidade adota a sistemática de provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

- a) Provisão para Férias;
- b) Provisão para 13º Salário; e,
- c) Provisão para Gratificação Especial.

3.9 – Exigível Contingencial

A PREVIRB adota a metodologia de constituir provisões para contingências em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados.

3.10 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

3.10.1 – Provisões, Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perdas provável e, em alguns casos, possível, ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato

com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos consultores jurídicos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

3.10.2 – Ativos Contingentes

Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

3.11 – Provisões Matemáticas

São constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com fundamentos técnicos para atender as obrigações de benefícios futuros, apresentadas

ao valor presente.

Os registros contábeis das provisões matemáticas estão em consonância com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabelecendo parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

3.12 – Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos.

- Fundo Previdencial: constituído de acordo com disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais.
- Fundo Administrativo: constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de

Gestão Administrativa (PGA).

- Fundo dos Investimentos: registram os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.13 – Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo Líquido e o total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido nas normas regulamentares. O que ultrapassar este limite será registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, consoante regras estabelecidas nos normativos.

3.14 – Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e re-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

gistro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua operação.

3.15 – Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão

Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Gestão Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A Parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo da PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Be-

nefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

3.16 – Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a Entidade deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo, registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes decorrentes da consolidação das Demonstrações Contábeis no exercício de 2019:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS



(R\$ MIL)

Descrição	2019	2018
Ativo	30.942	32.446
Realizável	30.942	32.446
Gestão Administrativa	30.942	32.446
Participação no Plano de Gestão Administrativa	30.942	32.446
Passivo	30.942	32.446
Patrimônio Social	30.942	32.446
Fundos	30.942	32.446
Fundos Administrativos	30.942	32.446
Participação no Fundo Administrativo	30.942	32.446

4. DISPONÍVEL

Abaixo os valores das disponibilidades segregadas por bancos:

(R\$ MIL)

Disponível	2019	2018
Bancos Conta Movimento		
Banco do Brasil S/A	153	145
Banco do Bradesco S/A	20	–
Itaú Unibanco S/A	–	25
Banco do Santander Brasil S/A	12	11
TOTAL	185	181



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

5.0 REALIZÁVEL

5.1 – Realizável – Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial:

(R\$ MIL)

Descrição	PLANO A		PLANO B		CONSOLIDADO	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Depósitos Judiciais / Recursais	603	601	0	0	603	601
Outros Realizáveis	300	234	49	67	349	301
TOTAL	904	835	49	67	953	902

5.2 – Realizável – Gestão Administrativa

Apresentamos abaixo o realizável da gestão administrativa:

(R\$ MIL)

Descrição	2019	2018
Gestão Administrativa		
Contas a Receber	–	–
Despesas Antecipadas	6	28
Depósitos Judiciais / Recursais	2874	2874
Demais Realizáveis	412	595
TOTAL	3.292	3.497



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

6.0 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade possuía, em consonância com a Resolução CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018, a seguinte Carteira de Investimentos:

Descrição	2019			
	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	163.270	36.740	19.463	219.473
Federais	163.270	36.740	19.463	219.473
Créditos Privados e Depósitos	202.966	41.808	9.391	254.165
Instituições Financeiras	202.966	41.808	9.391	254.165
Ações (6.2)	391.310	33.671	-	424.981
Instituições Financeiras	33.458	5.447	-	38.904
Companhias Abertas	51.917	7.575	-	59.492
Patrocinador (es)	305.935	20.649	-	326.585
Fundos de Investimento (6.3)	1.594.662	94.525	2.827	1.692.014
Referenciado	23.600	8.423	873	32.895
Renda Fixa	1.571.062	86.103	1.954	1.659.119
Investimentos Imobiliários (6.4)	83.218	-	-	83.218
Aluguéis e Renda	83.218	-	-	83.218
Empréstimos e Financiamentos	6.285	1.173	-	7.458
Empréstimos	6.285	1.173	-	7.458
Total do Realizável de Investimentos	2.441.711	207.918	31.681	2.681.309



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

2018				
Descrição	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	1.545.597	81.863	14.227	1.641.687
Federais	1.545.597	81.863	14.227	1.641.687
Créditos Privados e Depósitos	266.803	38.574	15.205	320.582
Instituições Financeiras	258.862	37.383	14.967	311.212
Companhias Abertas	7.941	1.191	238	9.370
Ações (6.2)	200.804	17.610	-	218.414
Instituições Financeiras	24.179	3.489	-	27.668
Companhias Abertas	176.625	14.121	-	190.746
Fundos de Investimento (6.3)	170.295	24.674	3.590	198.559
Referenciado	25.385	6.193	141	31.719
Renda Fixa	53.377	12.288	3.449	69.114
Participações	91.533	6.193	-	97.726
Investimentos Imobiliários (6.4)	84.718	-	-	84.718
Aluguéis e Renda	84.718	-	-	84.718
Empréstimos e Financiamentos	5.863	588	-	6.450
Empréstimos	5.863	588	-	6.450
Total do Realizável de Investimentos	2.274.080	163.308	33.022	2.470.410



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

6.1 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados como “Títulos para Negociação” estão avaliados pelo valor de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro-rata die até o vencimento.

Em 2019, não houve reclassificação de Títulos entre as categorias “Títulos para Negociação” e “Mantidos até o Vencimento”.

Em 31 de dezembro 2019, a PREVIRB possuía a seguinte carteira de títulos e valores mobiliários na carteira própria:

6.1.1 - Composição dos Títulos Mantidos até o Vencimento

(R\$ MIL)

		2019						
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano	
PLANO A	NTN-B	170.142	396.118	329.260	631.431	1.526.951		
	LTN	52.924	110.346	-	-	163.270		
	LF	46.601	156.365	-	-	202.966	1.893.187	
PLANO B	NTN-B	-	16.956	14.346	43.587	74.889		
	LTN	3.694	28.858	-	-	32.552		
	LF	9.705	32.103	-	-	41.808	149.249	
PGA	NTN-B	-	7.942	-	-	7.942		
		2.000	9.521	-	-	11.521		
	LF	3.825	6.106	-	-	9.391	28.854	
TOTAL ¹		288.351	764.315	343.606	675.018	2.071.290		

¹ Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria e em fundos exclusivos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

		2018					
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano
PLANO A	NTN-B	31.739	481.222	381.401	571.266	1.465.628	
	LTN	-	79.969	-	-	79.969	
	LF	92.290	166.572	-	-	258.862	1.804.459
PLANO B	NTN-B	-	11.403	18.831	40.060	70.294	
	LTN	1.129	10.440	-	-	11.569	
	LF	9.638	27.745	-	-	37.383	119.246
PGA	NTN-B	3.186	5.949	-	-	9.135	
	LTN	-	5.092	-	-	5.092	
	LF	8.528	6.439	-	-	14.967	29.194
TOTAL		146.510	794.831	400.232	611.236	1.952.899	

6.1.2 - Composição dos Títulos para Negociação

(R\$ MIL)

		2019					
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL	Total por Plano
PLANO A	FUNDOS ABERTOS	67.717	-	-	-	67.717	
	AÇÕES	391.310	-	-	-	391.310	459.027
	LFT	4.188	-	-	-	4.188	
PLANO B	FUNDOS ABERTOS	19.622	-	-	-	19.622	
	AÇÕES	33.671	-	-	-	33.671	57.481
PGA	FUNDOS ABERTOS	2.826	-	-	-	2.826	2.826
TOTAL		519.334	-	-	-	519.334	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

		2018					TOTAL	Total por Plano
		Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos			
PLANO A	DEBÊNTURES	7.941	-	-	-	7.941		
	FUNDOS ABERTOS	170.295	-	-	-	170.295		
	AÇÕES	200.805	-	-	-	200.805	379.041	
PLANO B	LFT	1.191	-	-	-	1.191		
	FUNDOS ABERTOS	24.673	-	-	-	24.673		
	AÇÕES	17.609	-	-	-	17.609	43.473	
PGA	DEBÊNTURES	238	-	-	-	238		
	FUNDOS ABERTOS	3.590	-	-	-	3.590	21.437	
TOTAL		426.342	-	-	-	426.342		

Os títulos com prazo inferior a 365 dias são obrigatoriamente apreçados pelo valor de mercado.

6.2 – AÇÕES

A carteira de ações está composta de papéis de diversas empresas, assim constituída:

(R\$ MIL)

CARTEIRA DE AÇÕES	PLANO A		PLANO B		CONSOLIDADO	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ações	391.310	200.805	33.671	17.609	424.981	218.414
Instituições Financeiras	33.434	23.914	5.442	3.460	38.876	27.374
Companhias Abertas	51.384	48.949	7.475	5.449	58.859	54.398
Patrocinador (es)	305.935	127.054	20.649	8.561	326.585	135.615
Valores a Receber ¹	557	888	104	139	661	1.027

¹Disponível e Juros / Capital



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)		Exercício findo em	
AÇÕES	TIPO	31.12.19	31.12.18
Ambev S.A.	ON	-	5.484
B3	ON	7.488	3.816
BBSEGURIDADE	ON	2.852	2.023
BRADESCO	PN	18.079	13.215
CCR SA	ON	3.319	1.645
ENGIE BRASIL	ON	6.148	3.221
GERDAU	PN	6.776	4.172
FIBRIA	ON	-	378
HYPERA	ON	3.029	2.093
IRBBRASIL RE	ON	326.585	135.615
IATUSA	PN	8.807	6.274
IATUUNIBANCO	PN	13.309	10.344
LOJAS RENNEN	ON	5.780	3.230
PERTOBRÁS	PN	14.819	9.140
SUZANO	ON	5.893	-
VALE	ON	-	16.416
WEG	ON	1.435	321
		424.320	217.387

Em setembro/2019 foi aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona a liquidação do Fundo mediante a entrega, de forma proporcional e equânime em relação à participação de todos os Cotistas do Fundo de 28.080.000 ações emitidas pelo IRB Brasil Resseguros S.A., Companhia de titularidade do Fundo aos respectivos cotistas.

A PREVIRB recebeu 3.510.000 ações do papel IRBR3, sendo 3.287.559 no Plano A e 222.441 no Plano B, referente à participação de 11,71% e 0,79% no FIP Barcelona.

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano A possuía 16,61% dos recursos alocados no

segmento de Ações, ou seja, acima do limite de 15% estabelecido na sua Política de Investimentos. Adicionalmente, os recursos concentrados no emissor IRB Resseguros S.A., que representam 13,01% dos totais de investimentos do plano, estão acima do limite de 10% estabelecido pela Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, art. 27 Inciso III. No entanto, o desequilíbrio observado ocorreu de forma passiva, por conta da valorização dos ativos, conforme previsto no art. 35 – Capítulo X, inciso I da mesma Resolução. Por este motivo, a Entidade tem um prazo de dois anos desde a data de início da ocorrência, para o efetivo enquadramento, conforme estabelece o § 1º do art. 27 da referida Resolução.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS



6.3 – Fundos de Investimentos

POSIÇÃO DA CARTEIRA

(R\$ MIL)

CARTEIRA DE AÇÕES	PLANO A		PLANO B		PGA		CONSOLIDADO	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fundos de Investimentos	67.717	170.295	19.622	24.673	2.826	3.590	90.165	198.559
Referenciado	23.600	25.385	8.423	6.193	872	141	32.895	31.719
Bradesco FI RF DI Premium	23.600	25.385	4.171	6.017	-	-	27.770	31.402
Bradesco H FI RF DI Longo Prazo	-	-	4.252	176	872	141	-	317
Renda Fixa	44.117	53.377	11.199	12.288	1.953	3.449	57.270	69.114
Itaú High Grade RF Cred. Privado FI	10.516	24.052	4.850	6.528	924	1.713	16.290	32.293
Santander FI Cotas FI Institucional DI	33.601	29.325	6.349	5.760	1.029	1.736	40.980	36.821
Participações	-	91.534	-	6.192	-	-	-	97.726
FIP Caixa Barcelona	-	91.534	-	6.192	-	-	-	97.726



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS		(R\$ MIL)
		2019
PREVIRB - PLANO A FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	Disponível	2
	NTN-B	1.526.951
	Valores a Receber	-
	(-) Valores a Pagar	9
	Total do Patrimônio	1.526.945
PREVIRB - PLANO B FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	Disponível	16
	NTN-B	74.889
	Valores a Receber	-
	(-) Valores a Pagar	1
	Total do Patrimônio	74.904

Fundo cujo portfólio é composto por ativos financeiros emitidos pelo Tesouro Nacional.

Os fundos exclusivos acima foram constituídos em 2019 e, portanto, não possuíam saldos em 31 de dezembro de 2018

6.4 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

POSIÇÃO DA CARTEIRA

			(R\$ MIL)
Descrição	2019	2018	
Edificações			
Uso Próprio	3.740	-	
Locados A Terceiros	59.700	68.519	
Aluguéis Receber	398	432	
Participações			
Shopping Center	19.380	15.767	
Total	83.218	84.718	

6.4.1 - REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.611, de 25 de maio de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, a PREVIRB efetuou a reavaliação dos investimentos imobiliários em 14 de novembro de 2019, através da empresa Analítica – Engenharia de Avaliações LTDA.

Os imóveis foram avaliados a valor justo, com base nos laudos de avaliação gerou avaliação positiva na carteira de R\$ 111, conforme quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(R\$ MIL)

Imóvel	Saldo em Nov/2019			Valor do Laudo Técnico			Resultado (B-A)	Vida Útil (ano)
	Terreno	Construção	Total (A)	Terreno	Construção	Total (B)		
Uso Próprio	1.738	3.065	4.803	1.300	2.440	3.740	(1.063)	
Centro Empres. Charles de Gaule	1.738	3.065	4.803	1.300	2.440	3.740	(1.063)	25 anos
Le Bourget 1633	855	1.508	2.363	640	1.200	1.840	(523)	
Le Bourget 1634	883	1.557	2.440	660	1.200	1.900	(540)	
Locados a Terceiros	25.603	36.873	62.476	21.480	38.220	59.700	(2.776)	
Centro Empres. Charles de Gaule	1.303	1.503	2.806	980	1.820	2.800	(6)	25 anos
Le Bourget 1635	378	436	814	280	530	810	(4)	
Le Bourget 1636	501	578	1.079	380	700	1.080	1	
Le Bourget 1637	424	489	913	320	590	910	(3)	
Centro Empresarial Mourisco	24.300	35.371	59.671	20.500	36.400	56.900	(2.771)	32 anos
Shoppings	4.750	10.679	15.429	6.380	13.000	19.380	3.951	
Esplanada Shopping Center	4.750	10.679	15.429	6.380	13.000	19.380	3.951	30 anos
TOTAL	32.091	50.618	82.709	29.160	53.660	82.820	111	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

6.5 - PROVISÃO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS

As debêntures abaixo, registradas no grupo de Créditos Privados e Depósitos, foram consideradas, em exercícios anteriores, como valores passíveis de não recebimento, estando 100% provisionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A PREVIRB, através de recursos judiciais iniciados no passado, vem envidando esforços nas realizações dos mesmos.

Título	Data de Aquisição	2019	2018
Debêntures CREFISUL	12/8/1997	1.505	1.505
Debêntures ENCOL	30/1/1995	7.400	7.400
Total		8.905	8.905

6.6 – PENHORA DE ATIVOS

A Entidade figura como ré em processo judi-

cial, em que o seguinte ativo foi penhorado:

- Salão 501, Bloco I, com 36 vagas de garagem, localizado na Praia de Botafogo, nº 501 (Centro Empresarial Mourisco), para garantia do débito oriundo da decisão condenatória proferida na Reclamação Trabalhista nº 0040000-89.2000.4.08.0003, deflagrado, na 3ª Vara do Trabalho de Belém, por Esmeralda Telles da Costa e Outros, em face do IRB e da PREVIRB, com valor de R\$ 2.205 mil atualizados para 31/12/2019, registrados no exigível contingencial (nota 8). Na mesma data, o imóvel está registrado pelo valor de R\$ 28.450 mil.

7.0 EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional registra os compromissos a pagar, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos. A composição das contas que compõem o exigível operacional está demonstrada a seguir:

Descrição	2019	2018
Exigível Operacional	3.355	3.619
Gestão Previdencial	2.670	2.889
Benefícios A Pagar	-	101
Retenções A Recolher	2.284	2.238
Outras Exigibilidades ¹	386	550
Gestão Administrativo	675	729
Contas A Pagar ²	500	532
Retenções A Recolher	78	57
Tributos A Recolher	29	35
Outras Exigibilidades ³	68	105
Investimentos	10	1
Locadas A Terceiros	-	1
Outras Exigibilidades ⁴	10	1

¹ Contas a pagar entre planos (PGA)

² A saber: Pessoal (Previsão pra férias e Gratificação especial – R\$326 mil – Encargos diversos (FGTS / INSS / Seguros – R\$108 mil), e Fornecedores – 66 mil.

³ Contas a pagar entre planos (BD/CV).

⁴ I.O.F. a Recolher



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

8.0 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Referem-se às provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável e possível. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros.

8.1 – Gestão Previdencial

Ações classificadas pela Assessoria Jurídica de “perdas prováveis” constituídas ao valor estimado, em consideração a jurisprudência consolidada e instâncias judiciais.

	2019	2018
GESTÃO PREVIDENCIAL		
Contencioso Trabalhista - Provisão		
Passivo Contingencial	7.465	10.161
Ativo Contingencial	(603)	(601)
(-) Depósitos Recursais	(95)	(95)
(-) Depósitos Judiciais	(508)	(506)
Contencioso Trabalhista - Líquido	6.862	9.560

8.2 – Investimentos

O montante registrado nessa rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Renda Fixa (a)	1.588	1.588
Investimentos Imobiliários (b)	-	1.225
Tributos (c)	23.771	23.478
Total em Milhares de Reais	25.359	26.291

a) Renda Fixa:

R\$ 1.588 mil → refere-se à ação que o Estado de Pernambuco move contra a PREVIRB, com vistas a se ressarcir do deságio praticado em operação com LFTE-PE. Os autos permanecem em primeira instância, aguardando decisão quanto à questão do deságio. Classificação de perda: Possível;

b) Investimentos Imobiliários:

Em virtude do arquivamento das três execuções fiscais referente ao IPTU do Ilha Plaza Shopping Center, foi revertida, em dezembro de 2019, a provisão de R\$ 1.225, constituí-

da para pagamento, a título de ressarcimento, à empresa SPE Chance Participações S/A, adquirente da quota-parte da PREVIRB no Ilha Plaza Shopping Center, considerando o que consta do item 3.2 da Escritura Pública de Compra e Venda: “3.2. A OUTORGANTE declara que existem três execuções fiscais inscritas sob nº 2006.120.009459-1; 2006.120.051830-5; e 2006.120.05860-4 referentes ao Imposto sobre a Propriedade em Território Urbano (IPTU), de conhecimento da OUTORGADA e que, na eventualidade da OUTORGADA ser instada a efetuar o pagamento de tais execuções por força de sentença judicial, a OUTORGANTE irá imediatamente efetuar o pagamento correspondente a sua fração ideal do imóvel diretamente ao credor de tais execuções”.

c) Tributos:

c.1) R\$ 22.448 mil → Trata-se de Execução Fiscal para a cobrança da CDA nº 70.2.13.002102-57, referente a suposto débito fiscal de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

formalizado no PAF nº 10768.010559/2001-19, o qual decorre de desenquadramento do benefício de anistia previsto no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.222/01. A PREVIRB contratou seguro-garantia para cobertura de possível execução;

c.2) R\$ 1.323 mil → Trata-se de Auto de Infração que exige suposto débito pela falta de recolhimento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, referente ao ano de 1997, sobre o qual ainda incidem multa e juros de mora.

8.3 – Gestão Administrativa

Estão contabilizados os valores em litígio com possibilidade de desembolso, conforme a seguir demonstrado:

A Receita Federal do Brasil questiona administrativamente a Fundação, sobre a correta base de cálculo na apuração do PIS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002) e da COFINS (no período entre fevereiro de 1999 e julho de 2002), o que gerou uma divergên-

cia entre o valor recolhido e o calculado pela Receita.

- PIS – Auto de infração
Aguardando julgamento do recurso voluntário no CARF da Receita Federal, valor provisionado R\$ 119 mil.
- COFINS – Auto de Infração
Aguardando o julgamento do recurso voluntário no CARF da Receita Federal, valor provisionado R\$ 598 mil.

A PREVIRB impetrou Mandado de Segurança contra a Receita Federal do Brasil objetivando o reconhecimento do direito líquido e certo ao não reconhecimento das contribuições ao PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com base em precedentes do Supremo Tribunal Federal. Os valores devidos a título de Contribuições ao PIS e COFINS passaram a ser depositados judicialmente. Os autos encontram-se no TRF (2ª Instância), aguardando julgamento dos re-

curso de apelação interpostos pela PREVIRB e pela União Federal.

Tendo em vista a entrada em vigor da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou o art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, os consultores jurídicos orientaram a Fundação a cessar o procedimento de depósito judicial do PIS e da COFINS em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, devendo recolher diretamente aos cofres públicos, mediante guias de DARF's.

A discussão judicial permanece quanto aos valores depositados antes da competência de dezembro de 2014.

Gestão Administrativa	2019	2018
PIS e COFINS	3.593	3.606
Ativo Contingencial	(2.874)	(2.874)
(-) Depósitos Judiciais	(2.874)	(2.874)
PIS e COFINS	(2.874)	(2.874)
Relacionadas com Tributos - Líquido	719	732



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

9.0 GESTÃO PREVIDENCIAL

9.1 - Custeio – Plano Previdencial A

O Plano A oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano A conta com dois grupos de Custeio, sendo estes denominados de “1 – Plano Previdencial A” e “2 – Pré-68”. Ressalta-se que a criação do Grupo de Custeio “Pré-68” foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB através da Resolução CONDEL nº 053, de 15 de dezembro de 2015.

O plano de custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

9.1.1 – Para o conjunto de Benefícios

- Participantes

Contribuições mensais, cujos montantes variam de acordo com os salários reais de contribuição e de taxas progressivas.

- Patrocinador

Contribuições mensais correspondentes à diferença entre o custeio global dos benefícios, estabelecido pelo atuário em 23,506%, e a contribuição dos Participantes Ativos.

9.2 - Custeio – Plano Previdencial B

O Plano B está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano apresentam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção.

O custeio vigente, estabelecido pelo atuário, considerou os seguintes pressupostos:

9.2.1 – Para os benefícios de Renda Mensal Vitalícia

- Participantes

Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 3% e 16% dos respectivos Salários de Participação.

- Autopatrocinados

Contribuições mensais, por eles escolhidas, em valores compreendidos entre 3% e 16% dos respectivos Salários de Participação, acrescidas, em caso de opção, das contribuições que seriam do Patrocinador.

- Patrocinador

Contribuições mensais em valores idênticos aos escolhidos pelos Participantes.

9.2.2 – Para os benefícios de Risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez, Pecúlio



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

por Morte, Auxílio-Funeral, Renda Temporária de Auxílio-Doença e Pensão por Morte*), contribuições mensais de:

- Participantes**

Todos os Benefícios 3,002%
Excluindo a Pensão por Morte... 1,497%

- Autopatrocinados**

Todos os Benefícios 6,004%
Excluindo a Pensão por Morte .. 2,994%

- Assistidos**

Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral e Pensão por Morte 4,27%
Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral
.....1,26%

- Patrocinadores**

Para Participantes com todos os Benefícios 3,002%
Para Participantes sem Pensão por Morte 1,497%

(*) A Contribuição para Pensão Por Morte é opcional.

10.0 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com as disposições legais vigentes, com base em cálculos atuariais efetuados pela Mercer Gama Consultores, conforme parecer emitido em 17 de fevereiro de 2020 e encontram-se demonstradas em consonância com a legislação vigente.

Descrição	2019	2018
Benefícios Concedidos	1.748.715	1.695.152
Benefício Definido	1.748.715	1.695.152
Benefícios a Conceder	135.557	105.204
Contribuição Definida	126.083	92.497
Benefício Definido	9.474	12.707
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(138.424)	(151.375)
(-) Serviço Passado	(138.424)	(151.375)
Total das Provisões Matemáticas	1.745.848	1.648.981

Conforme Resolução CONDEL nº 053, de 15

de dezembro de 2015, o Conselho Deliberativo da PREVIRB aprovou a criação do Grupo de Custeio “Pré-68”, passando a operacionalização do pagamento dos benefícios de Complementação e Suplementação de Aposentadoria e Pecúlio por Morte, Melhoria de Complementação e Melhoria de Pensão por Morte do grupo dos admitidos na Patrocinadora até 31/12/1968 do IRB para o Plano Previdencial A da PREVIRB.

As Provisões a Constituir observadas no Plano A, devido à inclusão do Grupo “Pré-68”, são referentes aos benefícios já concedidos, sendo que são objetos de contrato com garantia. Considerando que o valor da dívida contratada rege-se, atuarialmente, pelo valor das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio “Pré-68”, caso em algum momento, o valor das garantias oferecidas venha a ser inferior ao valor da dívida, deve-se proceder ao aditamento do Contrato de Confissão de Dívida, de modo a complementar as garantias oferecidas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

10.1 - PREMISSAS ATUARIAIS

Dentre as hipóteses atuarias adotada na Avaliação Atuarial do exercício de 2019, comparativamente às adotadas para o exercício de 2018, procederam-se às seguintes alterações:

Plano Previdencial A

- Tábua de Mortalidade Geral do Grupo Pré-68: AT-83 em substituição à AT-2000 suavizada em 10% M&F para o Grupo “Pré-68”;
- Taxa de juros real: de 4,38% a.a. para 4,10% a.a.;
- Fator de Capacidade de Benefícios: de 0,98 para 0,99.

Plano Previdencial B

- Taxa de juros real: de 4,38% a.a. para 4,10%;

- Rotatividade: 3,00% a.a. para 5,00% a.a.;
- Fator de Capacidade de Benefícios: de 0,98 para 0,99;
- Crescimento Salarial: de 1,00% a.a. para 2,00 a.a.

Demais premissas a seguir:

- Tábua de Mortalidade Geral para AT-2000 suavizada 10% (D10%) M&F para o Grupo Plano A e Plano B;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI -85M&F;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- Custo de Pensão: Família Real para os Benefícios Concedidos e Família Padrão para o cálculo dos Benefícios a Conceder;

- Regime Financeiro de Capitalização para os Benefícios Programados e de Aposentadoria por Invalidez, Repartição Simples para Pecúlio por Morte e Repartição de Capitais de Cobertura para Melhoria de Pensão por Morte.
- Método Financeiro Agregado para os Benefícios Programados e de Aposentadoria por Invalidez, Repartição Simples para Pecúlio por Morte e Repartição de Capitais de Cobertura para Melhoria de Pensão por Morte.

11.0 FUNDOS

11.1 – GESTÃO PREVIDENCIAL

PLANO PREVIDENCIAL B – Desdobrado da seguinte forma: Cobertura de Oscilação de Risco por Invalidez, Cobertura de Risco por Morte (Pensão por Morte, Pecúlio por Morte e Auxílio-Funeral), e Cobertura de Risco de Auxílio-Doença.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Mutação do Período	Fundo Previdencial A	Fundo Previdencial B	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2018	-	34.619	34.619
Constituição	-	3.751	3.751
Remuneração	-	4.734	4.734
Reversão	-	(155)	(155)
Em 31 de dezembro de 2019	-	42.949	42.949

O **Fundo para Oscilação de Riscos de Invalidez** tem por finalidade exclusiva suprir as insuficiências financeiras no custeio das despesas com pagamentos de benefícios de invalidez e constituição das respectivas reservas matemáticas de benefícios concedidos ao longo da vida do plano, conforme previsto na Nota Técnica do Plano. São creditados, ao valor do saldo inicial do Fundo, mensalmente, o saldo das contribuições líquidas auferidas de invalidez, os valores de devolução e de reversão previstos no regulamento do plano, para o caso de participante que entra em gozo do benefício de invalidez e a parcela de rendimento/perda

do fundo. Ainda, é debitado o valor que corresponder ao aumento da reserva matemática de invalidez devido a reajustes específicos de salários e promoções ocorridas nos salários dos ativos que possuem cobertura de invalidez pelo Plano. O Fundo encerrou o exercício de 2019 com o saldo contábil de R\$11.224 (R\$ 9.307 em 2018).

O **Fundo para Cobertura dos Riscos de Morte** é constituído através das contribuições para os benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas ta-

xas de contribuição dos benefícios de pensão, pecúlio e auxílio-funeral, insuficiência esta, avaliada em relação ao conjunto desses benefícios. O Fundo encerrou o exercício de 2019 com saldo contábil de R\$ 30.015 (R\$ 24.848 em 2018).

O **Fundo para Cobertura para Auxílio Doença** é constituído pelas contribuições para o benefício de Renda Temporária de Auxílio Doença. O Fundo cobre eventuais insuficiências ocasionadas por desvios nas taxas de contribuição deste benefício. O Fundo encerrou o exercício de 2019 com o saldo contábil de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

R\$ 715 (R\$ 463 em 2018);

O **Fundo Previdencial de Revisão de Plano – Reserva Especial** foi constituído no exercício de 2019 em face da destinação obrigatória relativamente à reserva especial de 2016 mantida por três exercícios, no triênio de 2016 a 2018. Em 31/12/2019, o referido Fundo montava R\$ 993, sendo R\$ 544 para Participantes e Assistentes e R\$ 449 para patrocinadores, conforme proporção contributiva. A utilização do referido fundo será realizada na forma da legislação vigente conforme vier a ser definido pelo Conselho Deliberativo.

11.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios, incluídas as despesas de investimentos. Pode ser utilizado, mensalmente, quando as despesas superarem as receitas. Sua remuneração se dá com base no resultado da carteira de investimentos do PGA

Mutação do Período	Fundo Administrativo
Em 31 de dezembro de 2018	32.446
Constituição/ Reversão	(1.504)
Por sobrecarga das despesas	(3.971)
Pela constituição de contingências	(11)
Fluxo positivo dos investimentos	2.478
Em 31 de dezembro de 2019	30.942

11.3 – INVESTIMENTOS

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento.

Mutação do Período	Plano A	Plano B	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	2.959	47	3.006
Taxa de garantia	68	14	82
Resultado dos investimentos do Fundo	396	6	402
Sinistro por falecimentos	(37)	-	(37)
Em 31 de dezembro de 2019	3.386	67	3.453



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

12.0 RESULTADO ADMINISTRATIVO

12.1 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Na demonstração do Plano de Gestão Administrativa – PGA o item “Custeio da Gestão Administrativa” representa os recursos recebidos da Gestão Previdencial e dos Investimentos para cobertura das despesas

administrativas da Fundação.

O item “Resultado Positivo Líquido dos Investimentos” da Gestão Administrativa representa a rentabilidade auferida pela carteira de investimentos do PGA.

Em virtude da alteração do Plano de Custeio, a partir do exercício de 2016 deixou de

ser cobrada contribuição administrativa.

Apesar da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabelecer a taxa de 1% dos recursos garantidores como limite para cobertura das despesas administrativas, a PREVIRB, no exercício de 2019, fixou esse limite em 0,39%. No exercício de 2019, essa relação situou-se em 0,33%.

Descrição	2019	2018
Custeio da Gestão Administrativa	4.601	4.408
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.502	4.305
Outras Receitas	99	103
Despesas Administrativas	(8.572)	(7.980)
Gestão Previdencial	(4.071)	(3.675)
Investimentos	(4.501)	(4.305)
Constituição/Reversão de Contingências	(11)	(16)
Resultado Positivo dos Investimentos da Gestão Administrativa	2.478	2.605
Sobra/Reversão Apropriada ao Fundo Administrativo	(1.504)	(983)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS



12.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Pessoal e Encargos	5.316	5.251
Dirigentes	1.826	1.352
Pessoal e Próprio	3.490	3.895
Estagiários	-	1
Outras Despesas	1	3
Treinamento Congresso e Seminário	108	128
Viagens e Estadias	4	1
Serviços e Terceiros	1.408	1.250
Consultoria Atuarial	109	119
Consultoria dos Investimentos	75	70
Consultoria Jurídica	98	107
Informática	471	402
Gestão de Planejamento Estratégico	71	-
Auditoria Externa	45	41
Auditoria Atuarial	11	-
Custódia de Títulos	455	490
Reavaliação de Imóveis	12	-
Serviços Terceirizados	63	21
Despesas Gerais	1.340	955
Tributos	329	326
Depreciações e Amortizações	67	69
Total	8.572	7.980

Em 2018 e 2019, o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 0,33%.

12.3 – RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Disposto no Anexo A do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pela Resolução CONDEL nº 001, de 18 de janeiro de 2017, o rateio das despesas administrativas visa atender ao estabelecido na Resolução CGPC nº29, de 31 de agosto de 2009, tendo como objetivo a segregação dos custos da Gestão Previdencial e dos Investimentos entre os Planos Previdenciais A e B.

Descrição	2019	2018
Despesas Administrativas	(8.572)	(7.980)
PLANO PREVIDENCIAL A	(8.005)	(7.516)
Gestão Previdencial	(3.811)	(3.468)
Investimentos	(4.194)	(4.048)
PLANO PREVIDENCIAL B	(567)	(464)
Gestão Previdencial	(260)	(206)
Investimentos	(307)	(258)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

O montante de R\$ 8.572 mil foi apropriado da seguinte forma: Gestão Previdencial - R\$ 4.071 e Investimentos - R\$ 4.501 representando, respectivamente, 47,49% e 52,51% das despesas administrativas.

13.0 EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado consolidado do exercício, de R\$ 111.440, originou-se, preponderantemente, pela rentabilidade dos ativos garantidores dos Planos terem sido superior à meta atuarial.

Formação	2019			2018			2019	2018
	Plano A	Plano B	PGA	Plano A	Plano B	PGA	Consolidado	
Resultado Líquido da Gestão Previdencial	(114.809)	22.897	-	(115.585)	15.805	-	(91.912)	(99.780)
Resultado Líquido da Gestão Administrativa	-	-	(3.982)	-	-	(3.588)	(3.982)	(3.588)
Resultado Líquido dos Investimentos	286.317	21.684	2.478	313.993	20.424	2.605	310.479	340.022
	171.508	44.581	(1.504)	201.408	36.229	(983)	214.585	263.654
(-) Constituição de Provisões Atuariais	(59.941)	(36.925)	-	37.611	(26.472)	-	(96.866)	11.139
(-) Constituição do Fundo Previdencial	-	(7.336)	-	-	(7.168)	-	(7.336)	(7.168)
(+) Reversão do Fundo Administrativo	-	-	1.504	-	-	983	1.504	983
(-) Constituição do Fundo de Investimentos	(427)	(20)	-	(414)	(10)	-	(447)	(424)
Superavit ou Deficit do Exercício	111.140	300	-	238.605	2.579	-	111.440	241.184
Resultado Acumulado até o Exercício Anterior	702.214	10.276	-	463.609	7.697	-	712.490	471.306
(-) Constituição de Fundo para Revisão do Plano	-	(993)	-	-	-	-	(993)	-
Resultado Acumulado até o Exercício Atual	813.354	9.583	-	702.214	10.276	-	822.937	712.490



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS



O superávit dos planos passou de R\$ 712.490 mil em 31/12/2018, para R\$ 822.937, em 31/12/2019, representando um aumento de 15,50%, ou R\$ 110.446.

No Plano Previdencial A, o superávit do Plano passou de R\$ 702.214 mil para R\$ 813.354, representando um aumento de 15,83%, ou um aumento de R\$ 111.140. Esta variação deu-se, principalmente, pela rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

Da totalidade do superávit apurado em 31/12/2019, o montante de R\$ 316.836 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 496.518 em Reserva Especial para Revisão do Plano em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e con-

siderou como base de cálculo a Duração do Passivo, de 9,92 anos, do Plano A, posicionada em 31/12/2019, ficando o limite em 19,92% das Provisões Matemáticas.

No exercício de 2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,06%, composta pelo INPC de 4,48% acrescida da taxa de juros de 4,38%a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de 13,08%, representando um ganho atuarial de 3,69%.

No Plano Previdencial B, o superávit do Plano passou de R\$ 10.276 para R\$ 9.583, representando uma diminuição de 6,751%, ou diminuição de R\$ 693. Esta variação deu-se, primordialmente, ao fato da diminuição da taxa de juros, alteração do fator de capacidade e pela destinação da reserva especial de 2016, atenuado pela superação da meta atuarial.

Do superávit apurado em 31/12/2019, o montante de R\$ 7.306 mil foi alocado em Reserva

de Contingência, e R\$ 2.277 mil em Reserva Especial para Revisão de Plano em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que representa 32,79% das Provisões Matemáticas Totais do Plano estruturadas na modalidade de Benefício Definido, e, com uma duração do Passivo apurada no exercício de 2019 de 15,05 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 25%.

No exercício de 2019, a meta atuarial do Plano foi de 9,06%, composta pelo INPC de 4,48 % acrescida da taxa de juros de 4,38%, enquanto que a rentabilidade alcançada no exercício foi de 12,44%, representando um ganho atuarial de 3,10%.

14.0 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

14.1 – Taxa de Juros Atuarial

Conforme determina a Resolução CNPC nº



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

30, de 10 de outubro de 2018, no seu § 2º do Artigo 5º, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria PREVIC nº 300, de 12 de abril de 2019, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Os limites mínimos e máximos serão definidos com base na duração do passivo de cada plano de benefícios.

Considerando a Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, foi avaliado o retorno anual esperado das carteiras de ativos a partir do fluxo do passivo do plano de benefícios. A demonstração da convergência da

taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno – TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros do Plano, considerando um nível de confiança de no mínimo 50%.

A taxa de juros do Plano Previdencial A adotada é de 4,10% a.a., considerando a duração do passivo de 9,92 anos.

Com relação ao Plano B, a taxa de juros é a mesma, porém a duração do passivo é de 15,05 anos.

14.2 - Ajustes de Precificação dos Títulos Públicos Federais x Duração do Passivo

A Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, esclarece a definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetros, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líqui-

do do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

Esse ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão.

Seguem abaixo as informações sobre o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação e divulgação da duração do passivo dos planos, de acordo com os normativos acima.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Plano Previdencial A

Posição em 31.12.19									
Mantidos até o Vencimento	Até o 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	50.900	119.725	96.356	59.320	65.650	60.561	452.512		
NTN-B - Valor	1.701	300.027	329.259	204.015	211.451	215.962	1.262.416	1.432.086	169.670
Total de Títulos Públicos (R\$ mil)	1.701	300.027	329.259	204.015	211.451	215.962	1.262.416	1.432.086	169.670

Duração do Passivo: 9,92 | Duração do Ativo: 8,1

Plano Previdencial B

Posição em 31.12.18									
Mantidos até o Vencimento	Até o 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
1. Títulos Públicos									
NTN-B - Quantidade	-	3.530	2.800	3.300	3.000	6.244	18.874		
NTN-B - Valor	-	118	9.607	11.461	9.801	22.326	53.313	62.286	8.974
Total de Títulos Públicos (R\$ mil)	-	118	9.607	11.461	9.801	22.326	53.313	62.286	8.974

Duração do Passivo: 15,05 | Duração do Ativo: 11,26





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em decorrência, principalmente, dos efeitos do COVID-19, o mercado de ações vem apresentando declínio relevante, com redução de valor de mercado de praticamente todas as ações, o que pode gerar efeitos negativos na PREVIRB. No entanto, o superávit acumulado de R\$ 822.937 supera o valor total da carteira de ações e mesmo que a perda da carteira seja de 100%, a Entidade manterá seu equilíbrio técnico.

JOÃO BOSCO QUADROS BARROS
Superintendente Geral
CPF 029.145.347-36

HELOISA FALKENBACH SANTORO
Diretora de Benefícios
CPF 813.054.357-53

RENÉ SANTOS DE CASTRO
Diretor Financeiro e de investimentos
CPF 359.210.137-49

ANDRÉ LUIZ DA CUNHA RODRIGUES
Gerente de Controladoria e Contabilidade
CRC-RJ 071134/O-8
CPF 008.653.517-08





PARECERES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadoras
Fundação de Previdência dos Servidores do
Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, aqui denominados de consolidado, por definição do CNPC) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por

plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de

Previdência Complementar (CNPC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OUTROS ASSUNTOS

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de março de 2019, sem ressalvas.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - PREVIRB, no uso de suas atribuições estatutárias, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, das Demonstrações do Ativo Líquido por Plano, da Mutações do Ativo Líquido por Plano e das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e com base nas Notas Explicativas, no Parecer da Mercer Human Resource Consulting

Brasília, número 14/2020, referente ao Plano Previdencial A, datado de 17/02/2020, e no Parecer da Mercer Human Resource Consulting Brasília, número 15/2020, referente ao Plano Previdencial B, datado de 19/02/2020, e sobre as Reservas Matemáticas calculadas conforme Avaliação Atuarial de 31/12/2019, referente aos Planos Previdenciais “A e B”, considerando o que consta no Relatório da Auditoria independente PricewaterhouseCoopers, datado de 27/03/2020 concluiu, por unanimidade, que as referidas demonstrações refletem, adequadamente, a situação financeira e patrimonial da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTI-

TUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - PREVIRB e, manifesta-se pela aprovação dos citados documentos.

O Conselho recomenda que as Demonstrações Contábeis ora aprovadas e seus respectivos pareceres, no que respeita à sua divulgação aos participantes e assistidos, por meio eletrônico ou a eles encaminhadas, mediante sua solicitação, estejam de acordo com o disposto na Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 e na Instrução PREVIC nº 13, de 12/11/2014.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Debora Pereira Tavares
Presidente em exercício





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O CONSELHO DELIBERATIVO da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB, reunido em sessão extraordinária do dia vinte e sete de março de 2020 usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 15 do Estatuto, tendo em vista o que consta do Processo PREVIRB-002/2015:

RESOLVEU, por unanimidade,

aprovar o Balanço Patrimonial e a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2019, após terem sido apreciadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Rodrigo de Valnísio Pires Azevedo
Presidente em exercício





Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB

Av. Marechal Câmara, nº 160 / salas 1633/1634

Centro - Rio de Janeiro / RJ

CEP: 20020-080

ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

21 2277.1999

Funcionamento de Segunda à Sexta,
das 9h às 17h